



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**RONALDO DE SOUSA ALMEIDA**

**EDUCAÇÃO, TRABALHO E CAPITAL:  
UM ESTUDO SOBRE A PRECARIEDADE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA  
CONSTRUÇÃO CIVIL EM FORTALEZA**

**FORTALEZA  
DEZEMBRO – 2009**

**RONALDO DE SOUSA ALMEIDA**

**EDUCAÇÃO, TRABALHO E CAPITAL:  
UM ESTUDO SOBRE A PRECARIIDADE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA  
CONSTRUÇÃO CIVIL EM FORTALEZA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação Brasileira à Comissão Julgadora da Universidade Federal do Ceará, sob orientação do Prof. Dr. Hildemar Luiz Rech.

**FORTALEZA  
DEZEMBRO 2009**

**RONALDO DE SOUSA ALMEIDA**

**EDUCAÇÃO, TRABALHO E CAPITAL:  
UM ESTUDO SOBRE A PRECARIIDADE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA  
CONSTRUÇÃO CIVIL EM FORTALEZA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação Brasileira à Comissão Julgadora da Universidade Federal do Ceará, sob orientação do Prof. Dr. Hildemar Luiz Rech.

**Aprovado em 03 de Dezembro de 2009**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**PROF. DR. HILDEMAR LUIZ RECH – UFC (ORIENTADOR)**

---

**PROF. DR. ENÉAS ARRAIS NETO – UFC**

---

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. ELENILCE GOMES DE OLIVEIRA - IFCE**

**FORTALEZA  
DEZEMBRO 2009**

## **AGRADECIMENTOS**

Meus sinceros agradecimentos

Aos professores do Curso de Pedagogia da UFC pela dedicação e conhecimentos compartilhados.

As professoras Dra. Eliane Dayse e Dra. Sônia Pereira pelas orientações durante o desenvolvimento na pesquisa de Iniciação Científica (onde pude começar a aprender a ser pesquisador) pelo esmero com os bolsistas e paciência histórica empreendida, bem como pela realização de outros trabalhos que fizemos com muita satisfação.

Ao professor Dr. Enéas Arrais pelas contribuições dadas ao meu trabalho e pelas reflexões sobre os autores aqui trabalhados desde a graduação no Curso de Pedagogia na disciplina Organização Social no Trabalho Escolar, onde fui monitor.

Aos professores e colaboradores do LABOR com os quais compartilhei momentos felizes bem como amadureci as discussões referentes ao meu projeto de pesquisa e tantas outras questões.

Ao professor Dr. Hildemar Rech, meu orientador (por quem tenho profunda admiração), tanto pelo seu trato com os orientandos, como pela sua inquestionável intelectualidade, cuja orientação nas reuniões, disciplinas e estudos orientados foi fundamental para o desenrolar desta pesquisa.

Aos professores Dra. Elenilce Gomes e Dr. Enéas Arrais que gentilmente aceitaram meu convite para compor a banca examinadora desta dissertação e compartilhar suas experiências e conhecimento conosco.

Aos companheiros dessa jornada trilhada, particularmente Anita Lustosa, Mara Rita, Tânia Azul, Maryland Bessa, Gardênia Pires, Dina Mara e Eliacy Sabóia pelas reflexões, risadas coletivas e preocupações compartilhadas diante da pressão em desenvolver nossas pesquisas.

A todos os funcionários do Curso de Pedagogia e da Pós-Graduação da FACED. Sem eles o desenvolvimento da pesquisa poderia ficar comprometido.

A minha família, em especial a minha querida Mãe, cuja história e dedicação nos seus 25 anos de magistério foram fundantes para o meu direcionamento ao campo da Educação, bem como para o aprimoramento das minhas análises e reflexões. Sua trajetória e luta sempre me serviram de incentivo e inspiração em todas as questões da vida.

Aos(às) trabalhadores(as) da Construção Civil em Fortaleza, cujos exemplos de vida, de lutas e sonhos nos fazem acreditar nas enormes possibilidades de construirmos uma sociedade diferente.

***Conhecer-se a si mesmo quer dizer ser patrão de si mesmo, distinguir-se, sair do caos, ser um elemento de ordem, mas da sua própria ordem e da sua própria disciplina. E não se pode obter isso se não se conhecer também os outros, a sua história, a sucessão de esforços que realizaram para serem aquilo que são, para criarem a civilização que criaram e à qual queremos substituir pela nossa.***

***(Antonio Gramsci)***

## RESUMO

Essa dissertação analisa a precariedade do trabalho no setor da indústria da construção civil em Fortaleza no período de 2006 a 2008. Busca-se compreender, partindo da análise da recente reestruturação produtiva (a partir das décadas finais do século XX), quais as implicações dessas transformações em termos concretos na vida da classe trabalhadora no Brasil e especificamente na cidade de Fortaleza, tomando como referência o setor produtivo da construção civil. Dentro desse contexto, o estudo se propõe a analisar também em que medida tais modificações afetam a relação trabalho e educação no tecido das relações sociais da classe trabalhadora do citado setor. Nesse sentido, o trabalho mergulha em busca da compreensão dos seguintes aspectos vivenciados pelos(as) trabalhadores(as): consciência política; condições de trabalho; experiência de escolarização e expectativas em relação ao futuro. O estudo reconhece (dentre outros aspectos desse mundo complexo) a construção de uma cultura operária, elaborada pelos próprios trabalhadores e que os envolve de tal maneira que os impossibilita, muitas vezes, de ver caminhos alternativos e/ou menos tortuosos para si ao mesmo tempo em que seguem suas trajetórias esboçando elementos ora de resistência ora de conformismo. Conclui-se, também, que é fundamental a organização desses(as) trabalhadores(as) em sindicatos e organizações de luta para reivindicação dos seus direitos e como elemento de pressão para educar o Estado para instituí-los.

**Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Construção Civil. Trabalhadores.**

## **ABSTRACT**

This dissertation examines the precariousness of work in the sector of construction industry in Fortaleza in the period 2006 to 2008. We seek to understand, we will examine the recent restructuring of production (from the final decades of the twentieth century), the implications of those changes in concrete terms in working-class life in Brazil and specifically in the city of Fortaleza, with reference to the sector productive construction. Within this context, the study aims to examine to what extent such changes affect the relationship between work and education into the fabric of social relations of the working class of that sector. In this sense, the work dives in search of understanding of the following experienced by (the) employees (the) political consciousness, working conditions, experience of education and expectations for the future. The study acknowledges (among other aspects of this complex world) to build a working class culture, elaborated by the workers and involving them in such a way that makes it, often alternative ways of seeing and / or less tortuous for you at the same time in following their paths now outlining elements of resistance now conformist. It follows, too, which is the fundamental organization of (the) employees (as) in trade unions and the struggle to claim their rights and as an element of pressure to educate the state to institute them.

Keywords: Work organization. Construction. Workers

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	Escolarização dos(as) operários(as).....	53
TABELA 2 -	Fatores que interferiram a conclusão do Ensino Fundamental.....	54
TABELA 3 -	Situação escolar.....	56
TABELA 4 -	Acesso a materiais de leitura.....	66
TABELA 5 -	Rotatividade.....	69
TABELA 6 -	Condições de trabalho.....	70
TABELA 7 -	Respeito à legislação trabalhista.....	71
TABELA 8 -	Cursos oferecidos pela empresa.....	74
TABELA 9 -	Operários(as) que realizam trabalhos extras.....	76
TABELA 10 -	Expectativas em relação ao futuro.....	77

## **LISTA DE SIGLAS**

CE – Ceará.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

FACED – Faculdade de Educação.

LABOR - Laboratório de Estudos sobre o Trabalho e Qualificação Profissional.

MT - Ministério do Trabalho.

OIT - Organização Internacional do Trabalho.

SRT - Superintendências Regionais do Trabalho.

STICC - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil.

UFC – Universidade Federal do Ceará.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>O TRABALHO NO CONTEXTO DAS CRISES DO CAPITAL: SEU CARÁTER DUPLO E SUA METAMORFOSE NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....</b>	<b>24</b>
	2.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NEOLIBERALISMO.....	30
	2.2 A FLEXIBILIZAÇÃO.....	42
<b>3</b>	<b>A CONSTRUÇÃO CIVIL EM FORTALEZA.....</b>	<b>46</b>
	3.1 O RECORTE EMPÍRICO.....	48
	3.2 A ESCOLARIZAÇÃO: ESPERANÇA E DESILUSÃO.....	51
	3.3 A CONSCIÊNCIA POLÍTICA: DILEMAS DE NOSSA FORMAÇÃO SOCIAL.....	59
	3.4 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO .....	69
	3.5 AS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO FUTURO.....	76
	3.5.1 A religiosidade.....	77
	3.5.2 Os sonhos.....	81
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
	APÊNDICE 1: ROTEIRO DE QUESTÕES / ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES.....	94
	ANEXO 1: FOTOS DO TRABALHO DE CAMPO.....	97

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem a pretensão de analisar, aproximando-se dos pressupostos marxistas, alguns elementos das profundas transformações desencadeadas na sociedade capitalista contemporânea, no que se refere ao processo de reorganização e gestão do trabalho. Tem como pano de fundo a moldura estrutural e histórica de avanço do capital, culminando nessa nova roupagem do capitalismo mundial, com reflexos sobre os processos produtivos locais. Busca-se compreender, partindo da análise da recente reestruturação produtiva (a partir das décadas finais do século XX), dentro do quadro das teses neoliberais, quais as implicações dessas mudanças em termos concretos na vida da classe trabalhadora no Brasil e especificamente na cidade de Fortaleza, tomando como referência o setor produtivo da construção civil.

Dentro da análise do processo de reestruturação produtiva há, também, o propósito de investigar em que medida tais transformações afetam a relação trabalho e educação no tecido das relações sociais da classe trabalhadora. Na lógica do capital, a educação é entendida como meio de formar mão-de-obra qualificada a fim de suprir as novas exigências do mercado globalizado. Neste “novo”, multifacetado e precário mundo do trabalho, alguns conceitos como “qualificação profissional” e “competências para o trabalho” adquirem novo significado, embora continuem representando a submissão do trabalho ao capital. São cada vez maiores as exigências de elevados níveis de escolarização e capacitação para o mundo do trabalho, e a responsabilidade por essa investida é transferida, com ênfase, para os(as) trabalhadores(as).

A reorganização das bases produtivas e de acumulação da economia capitalista mundial, a partir da década de setenta do século passado, imprimiu uma nova configuração ao mundo do trabalho, cujos impactos se materializam no desemprego estrutural<sup>1</sup>; no trabalho precarizado<sup>2</sup>; na concentração de renda; no

---

<sup>1</sup> Índice de desemprego ocasionado pela perda de centralidade do trabalhador no ato laboral, ocasionado pela propagação do aparato tecnológico e de automatização. Esse fenômeno, notadamente, diferencia-se dos índices de desempregados em outras fases de expansão do capitalismo, por ser irreversível e, portanto, de caráter estrutural, diante da nova reengenharia produtiva mundial.

<sup>2</sup> É importante compreender que o sistema capitalista nasce precarizando o trabalho, no entanto, na sua forma contemporânea essa precarização parece refinar-se, sendo apresentada de formas variadas e agudas, atingindo todos os setores da produção, na medida em que esboçam novas formas de expropriação e exploração.

aumento vertiginoso da pobreza absoluta e relativa; no realinhamento do estado aos ditames do mercado; no distanciamento da educação como formação humana, voltada, sobretudo, para a alta qualificação profissional; dentre outros fatores.

Conforme assinala Justino de Sousa (2001)<sup>3</sup>, de um modo geral, os grandes traços do desenvolvimento social, como a tendência a mundialização das relações produtivas; a constante transformação dos processos de trabalho, no sentido da predominância dos recursos técnico-científicos e do instrumental avançado em relação ao trabalho vivo<sup>4</sup>; o aprofundamento das contradições sociais; a “barbárie”, como resultado do movimento auto-expansivo e destrutivo do capital; além da contradição entre a dinâmica mundializada do capital e os limites nacionais dos Estados são questões importantes a serem elucidadas e podem ser eficazmente compreendidas através da contribuição teórica marxiana.

As metamorfoses ocorridas nas últimas décadas impuseram ao capital um largo processo de reorganização em busca da recuperação de seu ciclo de reprodução e acumulação de riquezas, com conseqüências devastadoras para o mundo do trabalho e para a vida do trabalhador. É importante ressaltar que a exploração na fase primitiva do capitalismo foi maior, se comparada às conquistas adquiridas pelos(as) trabalhadores(as) na contemporaneidade. A extração de mais-valia absoluta, também no período das décadas de 1930 a 1970 foi traumática para os trabalhadores. Hoje, no entanto, se evidencia na história das sociedades modernas um grau bastante acentuado de exploração humana e um caráter absolutamente precarizador das relações de trabalho com estratégias refinadas. A depredação e precarização do trabalho, nesses termos, são incomparáveis com qualquer outro período.

Essa precarização pode ser entendida a partir de todos os fatores que criam as condições de trabalho alienado e desumano com incidência elevada do caráter precário das condições laborais. Ela poderá ser percebida, tendo como parâmetro o aumento do trabalho por curto espaço de tempo (trabalhos temporários), a ausência de salário fixo, por pagamentos abaixo do que preconiza a legislação, dentre outros.

---

<sup>3</sup> SOUSA Jr. Justino de. **A reestruturação produtiva e a crise da escola**. Tese de doutorado em Educação. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

<sup>4</sup> Segundo teorizado por Marx, o trabalho vivo pode ser entendido como ato laborativo, em que a participação direta do trabalhador em contraposição ao trabalho expresso pelo maquinário, é fundamental para o desenvolvimento pleno da atividade proposta.

Ela também pode ser identificada pela não contribuição à Previdência Social e que, portanto, acarreta na ausência dos direitos de seguridade aos sujeitos.

No Brasil, os altos níveis de extração de mais-valia, baseados no rebaixamento da remuneração do trabalho, no acesso precarizado da maioria da população ao mercado e no aumento da concentração de renda, fizeram deste país, historicamente, um dos mais injustos na distribuição da riqueza socialmente produzida, por mais que o governo atual tenha se esforçado para mudar essa realidade com programas de distribuição de renda, como revela ser o “bolsa família”.<sup>5</sup>

Alguns elementos são imprescindíveis à análise apresentada neste trabalho em relação à situação econômico-social e educacional do país. Quando fazemos um retrospecto sobre a formação social brasileira desde o Período Colonial, passando pelo Império, República, Período ditatorial e Período populista, percebemos que esta construção se consolidou marcada por relações autoritárias, extremamente elitistas, desiguais, patrimonialistas<sup>6</sup>, clientelistas, oligárquicas e mesmo escravocratas. Até o período ditatorial getulista e populista posterior ocorreu a utilização do voto de cabresto, da mesma maneira em que o dualismo educacional também foi sempre uma realidade efetiva no país.

A democracia formal e o Estado brasileiro jamais apresentaram uma feição democrático-social e sequer minimamente participativa. Com camadas significativas da população à margem das decisões políticas, afirmou-se uma modernização conservadora e patrimonialista, sempre dependente e subordinada ao imperialismo norte-americano e atada de forma subserviente à dinâmica da globalização econômica comandada pelos países capitalistas centrais, desde o início dos anos 1990.

---

<sup>5</sup> Esse programa federal pode ser analisado sob vários aspectos, um deles, citado pelos defensores dessa proposta, nos remete à expressão popular “quem tem fome tem pressa”, demonstrando que grande parte da população brasileira precisa urgentemente de algo concreto para a satisfação de suas necessidades básicas. Outra análise faz referência ao fato de que este programa pode gerar um conformismo na população, na medida em que vemos pouca iniciativa governamental no que diz respeito à formulação de políticas-sistemáticas estruturantes que visem à mudança definitiva da realidade econômico-social do país, o que anularia a necessidade de transferência de renda nesses moldes.

<sup>6</sup> O conceito de patrimonialismo é trabalhado por Max Weber, representando para ele a forma mais relevante de dominação tradicional autoritária, onde a burocracia e a legalidade são débeis e os assessores do governo e os funcionários do Estado não são escolhidos de modo racional em concurso público por critérios de competência, mas por confiança, amizade e parentesco, com base de visão oligárquica e não democrática de governo.

Diante desse quadro, compreende-se que as poderosas estratégias neoliberais do Estado brasileiro, durante a década citada e nos primeiros anos do século XXI, adotaram políticas que visavam à priorização unilateral do mercado como regulador das mediações sociais e produtivas<sup>7</sup> que, somadas ao crescimento do desemprego estrutural, contribuíram para a erosão das já historicamente reduzidas conquistas e direitos sociais e trabalhistas.

A legislação – como elemento da dominação político-jurídica – parece maquiar o atual quadro de precarização do trabalho, dando-lhe novas formas, atribuindo-lhe outros sentidos. Os discursos oficiais, no que diz respeito ao trabalho, são teoricamente pautados na ética, na democracia, nos direitos trabalhistas, mas, parecem alheios à realidade vivida pelos(as) trabalhadores(as).

Na efetivação de um capitalismo com modernização de cunho conservador, a sociedade brasileira parece ainda estar atada a uma mentalidade bastante clientelística, principalmente pelo fato de ser marcada pela destituição de direitos historicamente conquistados. Soma-se a isto a constituição de uma sociedade civil fragmentada, onde setores inteiros da classe trabalhadora, na maioria das vezes sem conhecimento dos seus direitos, são impossibilitados de detectar, disputar e forjar novas formas de resistência contra os processos de desintegração e marginalização social.

A elite econômica e política (nacional e internacional) atuante no país, seguindo os moldes do projeto neoliberal (abraçado pelo governo Collor a partir da década de 1990 do século passado), nas formas de ampliação da exploração, tem cada vez mais contribuído para a degradação, marginalização e dominação do trabalhador, passando a promover através de políticas nacionais (ratificadas também pela legislação) uma minimização dos direitos trabalhistas, com a flexibilização do trabalho, com o aumento dos setores terceirizados e com a efervescência de subempregos, ocasionando novas formas de precarização das relações de trabalho, resultando, portanto, em inúmeras mazelas sociais. Essas transformações em curso, decorrentes das mudanças técnico-organizacionais e gerenciais no mundo do

---

<sup>7</sup> Essa estratégia tem sido repensada a partir da recente crise financeira mundial originada nos Estados Unidos no setor imobiliário no ano de 2009. Não se sabe ao certo que decisões, no campo político e econômico, levarão a cabo a recuperação do crédito e das bases de lucro das grandes empresas industriais e financeiras dos países capitalistas centrais.

trabalho, desafiam os estudiosos deste tema e demandam a abordagem dos problemas que nos remetem às relações entre trabalho, qualificação e educação.

Os aspectos que me levaram à aproximação com o tema pesquisado estão amplamente relacionados à minha participação no Programa de Iniciação a Docência da UFC, quando na ocasião fui monitor da disciplina Organização Social do Trabalho Escolar, nos cursos de Pedagogia e Educação Física da Faculdade de Educação (FACED/UFC). A partir daí, passei a integrar o grupo de pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre o Trabalho e Qualificação Profissional (LABOR). A minha participação em duas pesquisas integradas no curso de Pedagogia – com os temas: “A educação do campo: a educação de jovens e adultos e as políticas compensatórias” e “A construção do direito à educação: significados do letramento para trabalhadores(as) rurais de Baturité, CE” – foi fundamental para o aprimoramento do meu senso de pesquisador e para o despertar de uma consciência crítica sobre a realidade social dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as).

Outra importante contribuição para a minha aproximação com essa temática foi o processo de formação de um grupo de estudos da teoria marxista, realizado também na FACED/UFC, constituído e formulado por alunos da graduação do curso de Pedagogia. Ressalto que embora os temas discutidos durante os encontros não se relacionassem de forma específica aos problemas associados aos trabalhadores (as) da Construção Civil, contribuíram de forma decisiva para o avanço espontâneo no âmbito das discussões referentes à realidade do trabalho e da educação no Brasil. Assim, particularmente fui aprofundando minha percepção crítica sobre a situação atual da classe trabalhadora, tanto no Brasil quanto no estado cearense, e para a problemática relativa aos processos educativos (explícitos e implícitos) que submetem e influenciam a formação dos(as) trabalhadores(as) dentro do jogo da lógica do capital. Dessa forma, fui orientado para o problema do amplo processo de precarização a que vem sendo submetido o(a) trabalhador(a) do setor da construção civil no Ceará e no Brasil.

No Estado do Ceará, especialmente em Fortaleza, apesar de haver um mercado informal significativo, não há nenhum mapeamento desse novo quadro de precarização do trabalho, fato que implica na ausência de dados oficiais sistematizados acerca dessa crescente precarização no Estado. Em nossa análise, esse processo também apresenta outra face, que é a destituição dos direitos

políticos, civis e sociais dos(as) trabalhadores(as), situação impulsionada pelas políticas neoliberais e pelo “novo” processo de reestruturação produtiva do capital em nível mundial.

Descobrir como a precarização do trabalho se materializa na cidade de Fortaleza (tomando como base para análise o setor produtivo da construção civil) foi uma questão fundante para o desenvolvimento dessa pesquisa e para a formulação de outras questões, a saber: O que apontam os índices estatísticos de infração catalogados no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil – STICC–CE, acerca da precarização das atividades desses(as) trabalhadores(as)? Em que medida essa precarização afeta os seus direitos trabalhistas? Há relação entre os dados de infração com o grau de escolarização dos(as) trabalhadores(as) desse setor? O(a) trabalhador(a) que ocupa espaços de trabalho mais precarizado é aquele que tem menos acesso à escolarização? Que dizer da formação política desses(as) trabalhadores(as)? São filiados(as) há algum sindicato? São participativos(as), militantes e/ou ativos(as) no sindicato? Quem são esses sujeitos, de onde eles vêm, quais seus sonhos? Suas intervenções junto ao STICC–CE são motivadas por uma formação política e consciência de classe? O que os trabalhadores(as) pensam e verbalizam sobre o processo laboral que vivenciam?

Objetivou-se, portanto, investigar os dados apresentados pelo STICC–CE, bem como os dados coletados no decurso da pesquisa - a partir dos depoimentos dos(as) trabalhadores(as) - analisando os aspectos que caracterizam as condições de trabalho, a escolarização, a formação política, as expectativas em relação ao futuro, diante de um cenário permeado por significativas transformações no modo de acumulação capitalista em que os processos educativos são subordinados à lógica do capital. Esse quadro de precariedade e de destituição dos direitos trabalhistas é uma situação que historicamente vem sendo desencadeada no país, embora que no atual momento da história vemos algumas iniciativas que parecem caminhar contraditoriamente na direção contrária em alguns seguimentos produtivos do mercado.

Nessa perspectiva, achamos pertinente delimitar como objetivos desse estudo: Analisar o atual quadro de precarização do trabalho no setor da construção civil em Fortaleza, tendo em vista a composição de um panorama geral de aspectos como, a escolarização, as condições de trabalho, a consciência política e as

expectativas em relação ao futuro dos(as) trabalhadores(as), nos anos de 2006 a 2008.

Os objetivos específicos estabelecidos foram: Coletar e sistematizar os dados de escolarização e situação de trabalho disponíveis no Sindicato da Construção Civil em Fortaleza; Identificar se há correlação entre os dados de infração e condições de trabalho com os níveis de escolarização dos(as) trabalhadores(as); Analisar se há correlação entre as reivindicações dos(as) operários(as) e a consciência política; Buscar compreender em que medida os (as) trabalhadores(as) constroem sua perspectiva em relação ao futuro, seus sonhos e anseios.

Escolhemos a Indústria da Construção Civil como objeto de estudo pelos seguintes motivos: é um ramo industrial que tem sido afetado pelo processo de reestruturação produtiva; é um setor que aparentemente tem demonstrado preocupação com a educação dos(as) trabalhadores(as); é um setor que tem sido contemplado por poucos estudos acadêmicos, pelo menos no Ceará; é um setor importante do ponto de vista do emprego; é uma atividade que tem crescido mesmo diante das crises econômicas/financeiras recentes; dentre outros aspectos.

A escolha do Sindicato da Construção Civil deve-se ao fato de este setor ser bastante organizado e atuante, tendo abertura significativa para as nossas investidas de pesquisa. Sempre muito receptivos, os(as) trabalhadores(as) não hesitaram em dar seus depoimentos e contribuir para as nossas análises. Este sindicato tem uma história de luta pela classe trabalhadora já há algumas décadas, tendo colaborado para a consolidação de conquistas importantes.

A reflexão acerca dos dados coletados no STICC, o depoimento dos(as) funcionários(as) e trabalhadores(as), bem como o confronto com as teorias que embasam essa reflexão, fortaleceram a nossa compreensão sobre os problemas e dilemas diversos presentes no mundo do trabalho, na medida em que puderam aprofundar o nosso entendimento sobre os limites e as possibilidades da efetivação de políticas públicas que promovam processos educativos alternativos às determinações hegemônicas de dominação e exploração do capital, que reduzem a formação humana às estratégias de adaptação do movimento do capital.

## 1.1 O RECORTE METODOLÓGICO

A fundamentação teórico-metodológica seguida nesse estudo ancora-se no referencial teórico de Karl Marx e nas contribuições das discussões de estudiosos como Lukács (2003), Mészáros (2002), Chesnais (1996) e Antunes (2003), dentre outros. O caráter descritivo e exploratório do presente trabalho o configura como um estudo de caso, com base na pesquisa documental, na coleta dos dados disponibilizados pelo STICC–Ce e em entrevistas de cunho quantitativo e qualitativo, realizadas a partir de uma amostra de trabalhadores(as).

Nossa intenção foi fazer uma análise da realidade social, sobretudo dos efeitos que recaem sobre a classe trabalhadora do setor da construção civil na capital cearense, a partir da reestruturação produtiva mundial, nacional e local postas em vigor como parte do arcabouço político-ideológico do neoliberalismo, a partir de um recorte dos dados de escolarização e condições de trabalho, registrados no STICC–CE, e das entrevistas realizadas. Após a coleta das informações disponíveis (dispositivos legais, diretrizes, dados estatísticos) procedemos a análise detalhada das mesmas à luz das teorias que embasam essa investigação, no intuito de aguçar a nossa compreensão sobre os reais efeitos da reestruturação nos processos de trabalho na vida dos(as) trabalhadores(as) da construção civil em Fortaleza, cujo recorte temporal corresponde aos anos de 2006 a 2008, analisando também aspectos como a escolarização, consciência política, condições de trabalho e expectativas em relação ao futuro.

Buscamos analisar essa realidade de forma crítica, compreendendo que a essência dos fenômenos apresentados pela realidade não está nela mesma, no imediatismo ou na aparência, por isso é necessário aprofundar a investigação dos fenômenos, considerando as contradições e as múltiplas determinações e relações da totalidade sócio-econômica e político-cultural, para tentar captar a sua lógica a partir do movimento do real.<sup>8</sup>

Diante de uma perspectiva dialética, entendemos que alguns aspectos específicos da metodologia foram construídos e/ou reconstruídos com o devir do

---

<sup>8</sup> Ver MARX, Karl. **O Capital: crítica a economia política**. v. 1, Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

estudo e da aproximação com os sujeitos. Desta forma apresentamos o detalhamento dos procedimentos metodológicos que constituíram a construção da presente pesquisa:

a) na primeira etapa realizamos a leitura e a análise do material bibliográfico levantado e dos dados primários (pessoas) e secundários (documentos) coletados através de um estudo no STICC–CE. Conversas informais, entrevistas e observações sistemáticas foram utilizadas para detalhamentos posteriores;

b) na segunda etapa recolhemos os dados que mais nos interessaram, como escolarização, quantidade de obras em andamento, principais problemas enfrentados pelos trabalhadores, dentre outros. Fizemos uma primeira análise, no intuito de organizar esses dados, incidindo nas primeiras análises, sobre: condições de trabalho, escolarização e consciência política;

c) na terceira etapa fizemos algumas visitas no sindicato e em eventos comemorativos para aplicarmos as entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores(as) do setor, escolhidos a partir dos seguintes critérios: tempo de filiação sindical, nível de escolarização, tipo de reivindicação/denúncia, dentre outros. As entrevistas semi-estruturadas com os(as) trabalhadores(as) giraram em torno das seguintes temáticas: motivação para denunciar irregularidades; compreensão da precarização, nível de instrução formal, se é sindicalizado, formação política (APÊNDICE 1). Entrevistamos, também, os dirigentes do sindicato da construção civil para compreender melhor suas histórias e sua compreensão sobre a dinâmica do fenômeno da precarização e de seus desdobramentos. Ressaltamos, ainda, a relevância de uma pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no mesmo período pelos Professores Doutores Hildemar Rech e Nicolino Trompieri, com o auxílio de um bolsista da graduação (curso de Pedagogia), sobre a mesma temática, da qual participamos de toda pesquisa de campo, cuja análise dos dados serviu imensamente para a consolidação das idéias aqui desenvolvidas.<sup>9</sup> Nessa etapa foram realizadas as entrevistas quantitativas com questionário fechado (em anexo) com uma amostra de 100 trabalhadores para a composição das estatísticas em tabelas. Para essa seleção observou-se o cadastro das empresas de construção civil do respectivo sindicato patronal, que foram

---

<sup>9</sup> Essa pesquisa teve início em 2008 com o tema: “Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, CE, 2006 a 2008: Escolaridade, Renda, Acesso aos Serviços de Saúde e Moradia e Satisfação no Trabalho”.

agrupadas segundo o porte (grande, médio e pequeno porte), sendo escolhidos de quantidade semelhante operários dos respectivos seguimentos.

d) na quarta etapa analisamos os dados e as entrevistas qualitativas e quantitativas estabelecendo relações sócio-históricas do fenômeno da precarização do trabalho, situando-o no tempo e no espaço;

e) na quinta etapa procedemos no entrecruzamento do conjunto das análises com o referencial teórico;

f) na sexta etapa realizou-se composição final do texto.

Além do caráter quantitativo a pesquisa buscou, também, resguardar os princípios qualitativos da investigação, na medida em que buscou elaborar certa composição dos personagens em cena, ou seja, figuras que permitiram aos pesquisadores reconstruir as relações sociais e políticas, encarnadas em pessoas, como sugere Thompson (1987).<sup>10</sup> Para tanto, as entrevistas com os(as) trabalhadores(as) foram orientadas por roteiros que reproduziram relatos de vida ou histórias de vida, cuja ênfase residia nas experiências remota e atual de trabalho. Tais entrevistas foram utilizadas como instrumentos de investigação que possibilitaram a apreensão dos vários mundos, das várias situações e das trajetórias sociais dos atores (BERTAUX, 1997).<sup>11</sup>

Refletindo segundo as considerações de Alessandro Portelli (1993)<sup>12</sup>, não se trata de esnoabar os depoimentos das pessoas porque constroem versões que não refletem o que teria acontecido, mas tentar explicar o porquê dessa construção, os rituais e os símbolos que emergem desse processo, problematizando-os. O trabalho e, em especial, a situação dos(as) trabalhadores(as) do setor da construção civil em Fortaleza nos anos de 2006 a 2008 (diante das transformações do mundo do trabalho) constitui-se o foco da problemática ou objeto de pesquisa.

A investigação de cunho “qualitativo e participante”, conforme esclarecimento anteriormente, orientou-se segundo uma metodologia “dialógica”, comprometida com um processo de produção de conhecimento que transite em via de mão dupla, ou

---

<sup>10</sup> A esse respeito consultar THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2v, 1987.

<sup>11</sup> Nesse sentido ver BERTAUX, Daniel. **Lês récits de vie: perspective ethnosociologique**. Paris: Nathan Université, 1997.

<sup>12</sup> Ver PORTELLI, Alexandro. **Sonhos crônicos**. Memória e possíveis mundos dos trabalhadores. Revista Projeto História, n. 10, São Paulo: 1993.

seja, que não se reverta somente para o pesquisador e, sim, busque contribuir para a constituição de uma consciência social (D'INCAO, 1995).<sup>13</sup> Tal abordagem deverá, por sua vez, resguardar o rigor e objetividade exigidos pela pesquisa científica.

No capítulo II intitulado “O trabalho no contexto das crises do capital: seu caráter duplo e sua metamorfose na sociedade capitalista” tratamos da concepção de trabalho da sociedade contemporânea, ressaltando sua metamorfose. A compreensão do caráter duplo do trabalho é fundamental para podermos analisar de forma dialética como esta categoria fundante se configura na sociedade hodierna. Dessa maneira, fazemos um breve retrospecto sobre como o trabalho se constituiu, ressaltando sua dupla face. E nesse sentido, o capítulo enfatiza que as análises referentes ao mundo do trabalho, no Brasil, devem ser analisadas no contexto da globalização, do processo de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, considerando, sobretudo, as especificidades da sociedade brasileira.

No subtópico “Reestruturação produtiva e neoliberalismo” abordamos sucintamente a história das crises do capital, materializadas nas mudanças da produção do sistema econômico no decurso do século XX, bem como a reestruturação produtiva como parte da investida neoliberal para o contorno da crise. É feito um resgate das transformações ocorridas no mundo do trabalho e das mudanças na maneira de produção das mercadorias e, ainda, das novas exigências impostas aos(às) trabalhadores(as), evidenciando a essência contraditória em que repousa o sistema do capital e suas conseqüências nefastas para aqueles que vivem do trabalho.

No capítulo III “A construção civil em Fortaleza” mergulhamos no universo da construção civil trazendo características desse setor produtivo no âmbito nacional e local. O crescimento urbano registrado nas últimas décadas proporcionou um arrefecimento sem precedentes no setor da construção civil no país, sobretudo nos grandes centros urbanos. Sua importância social na absorção de mão de obra (em empregos diretos e indiretos) nos diversos subsetores desse ramo de atividades é inegável. É nesse capítulo que tratamos mais detalhadamente as questões suscitadas no âmbito dessa investigação discutida em tópicos, conforme detalhado a seguir.

---

<sup>13</sup> D'INCAO, Maria da Conceição & ROY, Gerard. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

Em “O recorte empírico” é analisada a história da construção civil em Fortaleza (origem, desenvolvimento e atualidade), suas peculiaridades, assim como os sujeitos que fazem parte dela. No item “A escolarização: esperança e desilusão” trazemos as experiências de escolarização dos(as) trabalhadores(as) em seus percursos tortuosos, na difícil tarefa de conciliação entre o trabalho e o estudo. Outro aspecto aqui analisado se refere a que tipo de escolarização lhes é oferecida e quais os ganhos para esses sujeitos.

No subtópico “A consciência política”, tentamos analisar a percepção que os(as) trabalhadores(as) têm dos episódios que vivenciam, bem como a importância que dão à formação política. Ainda nesse tópico, trazemos elementos importantes para a discussão acerca da concepção de política que prevalece entre os operários. Em “A situação de trabalho e as infrações”, fazemos um passeio pelos canteiros de obras, analisando as condições de trabalho, bem como os dados de infração mais comuns catalogados nesse setor na cidade de Fortaleza.

Finalizamos esse capítulo com o item “As expectativas em relação ao futuro” trazendo as falas dos sujeitos e seus sonhos de realizações futuras, “chamas” muitas vezes contraditórias que persistem em brilhar apesar das adversidades. Buscamos compreender em que medida esses operários transformam seus dilemas existenciais em esperanças e sonhos na busca de suas realizações, na medida em que precisam alimentá-los para continuar tendo esperança e motivação na sua luta pela existência, tarefa diária e desafiadora. Ainda aqui, tratamos de questões suscitadas por alguns trabalhadores (as), no que diz respeito à importância da religião em suas vidas, quer como melhoria das condições atuais, quer como esperanças em relação ao futuro.

Todas as observações transcorridas nessa atividade de investigação foram apoiadas em referências bibliográficas, baseadas no estudo das relações entre trabalho e educação, tendo como referência a perspectiva crítica de análise.

## 2 O TRABALHO NO CONTEXTO DAS CRISES DO CAPITAL: SEU CARÁTER DUPLO E SUA METAMORFOSE NA SOCIEDADE CAPITALISTA

*O trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz escassez para o trabalhador. Produz palácios, mas choupanas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidades para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma outros em máquinas. Produz inteligências, mas também produz estupidez e a credice para os trabalhadores.*

*(Karl Marx)*

Discutir a questão do trabalho constitui-se tarefa desafiadora e premente, mesmo que estudos acerca desta categoria estejam em curso há séculos. Tais estudos surgiram com o intuito de compreender maneiras de o homem produzir e reproduzir sua vida material. O trabalho é uma atividade que o homem desenvolve com o fim de suprir suas necessidades vitais, sua sobrevivência.

A compreensão do caráter duplo do trabalho é fundamental para podermos analisar de forma dialética como esta categoria fundante se configura na sociedade hodierna. Dessa maneira, faremos um breve retrospecto sobre como o trabalho se constituiu como uma dupla face, tomando com referências as análises que consideram que a forma de organização social em que vivemos se alicerça na exploração do trabalho humano.

Como assinala Marx (2004)<sup>14</sup>, a história da humanidade passa obrigatoriamente pela história do trabalho. Assim, para que possamos entender a natureza e a importância dessa categoria – seu sentido primeiro e seu poder de determinação na forma dos homens existirem socialmente – faz-se necessário analisar, ainda que brevemente, as condições de realização deste na sociedade capitalista, levando em conta a noção de que tal fato não pode ser compreendido fora da esfera social que a produz.

Marx (1985) em sua obra “O capital” no volume I, traduz o trabalho como um “processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a

---

<sup>14</sup> Sobre esse assunto, consultar MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

natureza”.<sup>15</sup> Sendo assim, o trabalho compreende toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza por meio de sua capacidade intelectual, imbuído de uma ação criadora. O trabalho se estabelece como uma mediação entre a natureza e o próprio homem. Com isso, nesta relação o homem ao desenvolver sua atividade produtiva se transforma, se auto-produz e, ao se relacionar com outros homens na realização da atividade estabelece a base das relações sociais. Marx enfatiza que o ser humano “atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (ibidem)”.<sup>16</sup>

Afirmar que o trabalho está na base da história é afirmar que é o trabalho que funda a história. O trabalho tem, portanto, uma abrangência ontológica, ou seja, ele está enraizado na existência dos homens, de tal maneira que sem ele, nem os homens nem a história se concretizariam.

Vale citar que o conceito de trabalho até a modernidade veio quase sempre aliado a um sentido negativo. Astrada (1968) assinala,

É sugestivo que a palavra ‘trabalho’ empreste ao trabalho, em muitos idiomas, cunho negativo. É sabido que a valoração positiva do trabalho começa na Idade Moderna, e é em Hegel que, na instância filosófica, lhe dá carta de cidadania. A ascendência etimológica do trabajar castelhano, como a do travailler francês e do travagliare italiano é o vocábulo latino tripaliare, do substantivo tripalium, aparelho de tortura, formado por três paus, ao qual eram atados os condenados (gladiadores do circo romano e escravos). Trabalhar, pois, significa estar submetido a tortura. Isto é índice infra-valorização do trabalho, que se documenta na literatura medieval dos primeiros séculos (e até em refrão dos idiomas neolatinos), em que aflora essa gênese lingüística do ‘trabalho’. A valoração positiva abre passo, como já notamos, na modernidade, e na modernidade européia. (p.32)<sup>17</sup>

Embora impulsionado pelo sentimento burguês de seu tempo, na compreensão de Astrada (Ibidem) o filósofo Hegel dá um passo histórico extremamente significativo ao constatar que os homens se tornam autoconscientes a partir do trabalho. Para ele, o homem só é plenamente humano quando é autoconsciente de si. A liberdade só pode ser cogitada de forma real quando o homem, pelo trabalho, dá forma a alguma coisa, tornando-a permanente no tempo.

<sup>15</sup> MARX, Karl. **O Capital**. Livro I vol. I. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1985 p. 202.

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> ASTRADA, C. **Trabalho e alienação**. Tradução de Cid Silveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1968, p. 32.

Embora Marx conceba o trabalho como atividade positiva inerente ao homem, reconhecendo sua indispensável relevância na produção da vida material ele também aponta para a sua outra face, que tem a capacidade de deformar, perverter e explorar a condição humana, situação posta em funcionamento na sociedade hodierna. Nas palavras de Marx (1962, p.56) lemos:

A mercadoria apareceu-nos, originalmente, como duas coisas: valor de uso e valor de troca. Mais tarde, verificou-se que o trabalho também possui duplo caráter: quando se expressa como valor, não possui mais as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valor de uso. Fui quem, primeiro demonstrou criticamente essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria.<sup>18</sup>

Sendo assim, o caráter útil do trabalho gera valores de uso imprescindíveis ao ser humano, com o objetivo de satisfazer suas necessidades vitais. Já o trabalho abstrato é caracterizado quantitativamente por produzindo valor e conseqüentemente mais-valia (valor excedente) para o sistema do capital. Conforme assinala Chagas (2009), o trabalho útil-concreto está ligado à auto-realização da existência humana, atividade primária, natural, necessária à sociabilidade humana, embora esteja sendo corrompida pelos ditames do capital. Já o trabalho abstrato pode ser entendido como mero gasto da força humana de trabalho, que tem como função específica, como expresso, a valorização do valor.<sup>19</sup>

O trabalho, numa perspectiva positiva, pode ser entendido como elemento de autoconstrução do homem – é ato fundante e atividade central da sociabilidade humana que envolve a consciência e uma postura teleológica<sup>20</sup> – onde ele se realiza, produz e reproduz de forma criativa e em atendimento as suas necessidades vitais. Marx (1962) assinala que o primeiro ato histórico que nos distingue dos

<sup>18</sup> MARX, Karl. **Das Kapital**. In: Marx/Engels, Werke (MEGA). Berlin: Dietz Verlag, 1962, v 23, livro 1, cap. 1, p.56.

<sup>19</sup> CHAGAS, Eduardo Ferreira. A natureza dúplice do trabalho em Marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. In: **Trabalho, educação, estado e a crítica marxista**. MENEZES, A. M. D.; LIMA, C. G.; LIMA, K. R. R. L.; Fortaleza, Ed. UFC, 2009. p. 25.

<sup>20</sup> Para Lukács o trabalho é resultado daquilo que já foi pensado, daí seu caráter consciente e teleológico. È entendido também como condição natural e eterna do ser. A partir de uma posição teleológica primária que caracteriza o trabalho (relação homem e natureza) desencadeiam-se outros tipos de posições teleológicas. Destacam-se, aqui, as posições teleológicas secundárias, ou aquelas que, em vez de buscar diretamente a transformação da natureza, têm por objetivo, influenciar na escolha das alternativas a serem adotadas por outros indivíduos, visando convencê-los a agir numa determinada direção. A esse respeito ver LUKÁCS, Georg. **Per una Ontologia dell'Essere Sociale**. Vol. I, II. Roma: Riuniti, 1981.

animais é o fato de termos que produzir nossa existência através do trabalho. Mas isso não implica em perdermos a dimensão dialética do trabalho, percebendo e analisando sua face negativa exacerbada pelo capitalismo.

É importante compreendermos que o trabalho, mesmo no modo de produção capitalista, não anula suas determinações gerais. Embora apropriado pela lógica do capital, cuja intenção primeira é a produção de mais-valia, o trabalho carrega, ainda, sua essência: seu valor de uso para a satisfação das necessidades do ser humano (LUKÁCS, 1981).<sup>21</sup>

Falar de trabalho hoje nos remete a uma temática que invade mentes e corações nos diversos ambientes de discussão e de convívio sócio-econômico. Trazemos a tona suas características mais evidentes que aparece na forma de desemprego, de ameaça, de realização, de fadiga e sofrimento, de exploração e injustiça, de impulso para o desenvolvimento, da relação que estabelece com as novas tecnologias, etc.

A análise da dinâmica a partir da qual o trabalho se processa expõe um quadro de conseqüências imensuráveis geradas pelos pressupostos do lucro e da exploração, que são contradições inerentes a esse sistema excludente e desumano. Nesse sentido, torna-se imprescindível a análise de alguns elementos reais que ora provocam diretamente, ora impulsionam indiretamente a precarização do trabalho e suas conseqüências nefastas destinadas ao segmento que aqui será mais especificamente abordado, a saber, o setor da construção civil na capital cearense.

Compreendemos que as transformações no mundo do trabalho, no Brasil, devem ser analisadas no contexto da globalização, do processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e, sobretudo, das especificidades da sociedade brasileira. Nesse sentido, Francisco de Oliveira (1992, p.5) falando sobre a nossa histórica situação econômica e política, nos lembra que:

O "subdesenvolvimento" pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em "trânsito", portanto, para formas mais avançadas e sedimentadas deste; sem embargo, uma tal postulação esquece que o "subdesenvolvimento" é precisamente uma "produção" da expansão do capitalismo... na grande maioria dos casos, as

---

<sup>21</sup> LUKÁCS, Georg. **Per uma Ontologia dell'Essere Sociale**. Vol. I, II. Roma: Riuniti, 1981. MARX, Karl. **Ideologia alemã**. 1. Capítulo. Lisboa: Edições Avante, 1981.

economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o "subdesenvolvimento" é uma formação capitalista e não simplesmente histórica.<sup>22</sup>

Essa interpretação fez com que durante muitas décadas os teóricos do "modo de produção subdesenvolvido"<sup>23</sup> quase deixassem de considerar os aspectos internos das estruturas de dominação que acomodavam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil. Para Oliveira (Ibidem)<sup>24</sup>, foi um equívoco analisar toda a questão do desenvolvimento sob o prisma das relações externas, pois o problema transformou-se, assim, em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é, sobretudo, um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas.

Essa compreensão de "dependência" e a produção intelectual dos autores influenciados por essa perspectiva analítica obtiveram ampla repercussão nos países da América Latina no final da década de 1960 e começo da década de 1970. Ficou evidente, no entanto, que o desenvolvimento econômico não se dava por etapas, não seria apenas um caminho que bastaria ser trilhado para que os resultados pudessem ser alcançados.

Para Leonardo Melo Silva (2005)<sup>25</sup>, essas reflexões não encobriram as desigualdades de base que atravessam toda a sociedade brasileira desde pelo menos o pós-1930, passando pela consolidação da estrutura industrial, indo até o ciclo da modernização capitalista do século XX, no período conhecido como milagre

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Francisco de. **A econômica brasileira: crítica a razão dualista**. Editora Boitempo, São Paulo, 1992, p.5.

<sup>23</sup> A Teoria da Dependência é uma formulação teórica desenvolvida por intelectuais, como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro e outros, consistindo em uma leitura crítica e marxista não-dogmática dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial, em contraposição as posições marxistas convencionais ligadas aos partidos comunistas ou a visão estabelecida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal. Para a *Teoria da Dependência* a caracterização dos países em "atrasados" decorre da relação do capitalismo mundial de dependência entre países "centrais" e países "periféricos". A dependência expressa subordinação, a ideia de que o desenvolvimento desses países está submetido (ou limitado) pelo desenvolvimento de outros países e não era forjada pela condição agrário-exportadora ou pela herança pré-capitalista dos países subdesenvolvidos mas pelo padrão de desenvolvimento capitalista do país e por sua inserção no capitalismo mundial dada pelo imperialismo. Portanto, a superação do subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência e não pela modernização e industrialização da economia, o que pode implicar inclusive a ruptura com o próprio capitalismo. Estraido do site: [www.wikipédia.org](http://www.wikipédia.org)

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> SILVA, Leonardo Melo. **Dois Clássicos em um**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 20 n. .57. São Paulo FEB, 2005.

econômico (1968-1974), última onda de crescimento duradouro da economia brasileira antes das chamadas "décadas perdidas" dos anos de 1980 e 1990 –, e que hoje mostram os seus efeitos por meio da estagnação, do desmanche de instituições regulatórias, da desintegração do tecido social e da violência. Na história do país, a burguesia nacional nunca se interessou por um plano de desenvolvimento de nação, o que ainda parece prevalecer com a fase atual de financeirização e globalização econômica.

Dessa forma, o cenário de exploração e miséria em que está inscrita a história da maioria dos(as) trabalhadores(as) na sociedade (elementos bem característicos no setor da construção civil) impõe um exame mais detido dessa realidade, de forma a contribuir com o debate sobre a subordinação e a precarização em que a classe trabalhadora está imersa, resultando nas inúmeras desigualdades na sociabilidade do capital. Segundo Antunes (2009), podemos observar que no mundo contemporâneo a todo o momento é gerada uma massa monumental de assalariados vivenciando uma precarização estrutural do trabalho em escala continental. Ele alerta para o fato de ainda termos “crianças, negros, índios, homens e mulheres trabalhando sob o fio da navalha”.<sup>26</sup>

No confronto de forças entre trabalho e capital, a sociedade hodierna tem presenciado fortemente a submissão do primeiro em relação ao segundo, ou seja, os interesses dos capitalistas e dos proprietários têm prevalecido. Nestas condições de alienação do homem por meio do trabalho, em que as relações são de dominação, a autonomia dos indivíduos fica mutilada, gerando uma dependência ao modelo atual de sociedade e trazendo uma série de conseqüências danosas para os sujeitos. Nessas condições, encontram-se milhares de trabalhadores da construção civil no país, setor produtivo que será aqui analisado mais detalhadamente.

Cabe destacar que a atual configuração do trabalho na contemporaneidade, dentro do contexto de crise, expressa um panorama geral de mutação, desencadeado pelas constantes transformações que se expressam em contratações temporárias, terceirizações, subcontratações e, principalmente, de informalização, que de certa forma acaba se configurando em um caminho inverso ao dos(as) trabalhadores(as).

---

<sup>26</sup> Folha de São Paulo: Trabalho de luto, Site: [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br). Acessado em 01/02/2009.

## 2.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NEOLIBERALISMO

*Os trabalhadores produzem riqueza, mas não usufruem dela, aumentam a produção de bens, mas não podem consumi-los. Desenvolvem novos recursos, mas são relegados a formação de um exército de mão-de-obra, ou vivem as mazelas do trabalho precário. Porém somente os trabalhadores serão capazes de criar um mundo novo, revelar a nova vida, recordar que existe um limite, uma fronteira para tudo, menos para o sonho humano. Moldar com as mãos o mundo, revelar com os olhos a vida, recordar nos sonhos aquilo que virá.*

*(Sebastião Salgado)*

No final do século passado, o mundo presenciou uma crise estrutural do capital que acarretou transformações em todos os âmbitos, social, político, cultural, econômico e educacional. Conforme já salientado, o processo de destituição de direitos e concentração de renda só foi possível graças a modificações na base técnica e gerencial do processo de trabalho. Notadamente, o neoliberalismo<sup>27</sup>, com suas políticas subordinadas à globalização econômica, trouxe e continua trazendo implicações significativas para o universo da classe trabalhadora.

Diante desse quadro, impõe-se como necessário, a princípio, remontar minimamente o processo que desembocou na ascensão da atual ideologia neoliberal e nos processos de reestruturação produtiva mundial, compreendendo suas determinações históricas. Para tanto, é imprescindível fazer um breve retrospecto das duas principais crises do sistema capitalista do século XX que culminaram no que hoje se entende por políticas neoliberais. Daí, buscar compreender como seus reflexos no âmbito regional se concretizam, tendo como uma das bases empíricas de análise para esse estudo, o setor da construção civil em Fortaleza, que possibilita uma melhor compreensão dos efeitos que a reestruturação produtiva e organizacional ocasiona na vida dos(as) trabalhadores(as).

Cabe destacar que, conforme já salientado, a história da construção civil no Brasil tem sido marcada por processos de precarização desde o seu surgimento,

---

<sup>27</sup> Neoliberalismo pode ser entendido como a hegemonia nas esferas política e econômica da maior liberdade para as forças de mercado, cujas características mais evidentes são: menor intervenção estatal (Estado mínimo), desregulamentação, privatização do patrimônio público, preferência pela propriedade privada, abertura para o exterior, ênfase na competitividade internacional e redução da proteção social, dentre outros.

tendo atravessado momentos tenebrosos desde os anos 1950 até hoje, quando seus(suas) trabalhadores(as) não tinham garantias legais para o pleno e satisfatório desenvolvimento das suas atividades. Neste setor produtivo, os salários sempre foram muito baixos; os operários submetidos a longas jornadas de trabalho (a prática de horas extras esgotava fisicamente os trabalhadores); a falta quase que total de segurança no trabalho, elevando os índices de acidentes em que centenas de indivíduos morriam; assim como uma rotatividade de emprego muito elevada.

Essas condições reais não são elementos novos na história da construção civil. Todavia, a partir daqui, analisaremos brevemente o desenrolar das últimas transformações ocorridas no mundo produtivo, em especial no século XX, no intuito de perceber as influências de tais modificações na vida dos(as) trabalhadores(as), em especial desse ramo de atividades.

Corroborando com as análises acima, afirmamos que o sistema capitalista é contraditório na sua base, isso é explicitado nas palavras de Mészáros (2002, p.19):

O sistema do capital se articula numa rede de contradições que só é possível de ser *administrada* medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue superar definitivamente. Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de *subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital*, não incorporando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la (grifo do autor).<sup>28</sup>

Conforme observa Del Pino (1996, p. 76) “a crise é parte essencial do capital. Na economia capitalista, ela invariavelmente provém da não realização do valor da mercadoria”<sup>29</sup>, ou seja, a sustentação e expansão do capitalismo têm como condição a venda das mercadorias e a conversão de parte do dinheiro obtido em capital, ou ainda, nas palavras de Marx (op.cit., p 182) “Quando ocorre de fato a acumulação, é porque o capitalista conseguiu vender a mercadoria produzida e re-converter o dinheiro recebido em capital”<sup>30</sup>. A crise acontece justamente porque nem sempre o consumo das mercadorias pode ser realizado pelos desequilíbrios econômicos gerados pelo próprio sistema – contraditório na sua base. Isso ocorrerá diversas

---

<sup>28</sup> MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 19.

<sup>29</sup> DEL PINO, Mauro A. B. **Neoliberalismo, crise e educação**. Universidade e Sociedade. Brasília, v. VI, nº 10, 75-81, jan 1996.

<sup>30</sup> MARX, Karl. Op. Cit. p. 182.

vezes na história do capitalismo, tomando um caráter cíclico, suscitando sempre por parte do Estado e dos meios de produção medidas que continuem possibilitando o acúmulo do capital.

Entre os anos de 1929 e 1930, a superprodução de mercadorias ocasionou uma brusca queda em seu valor, o que desestabilizou o mercado econômico, gerando conseqüências imediatas como o desemprego em massa e a queda considerável nas taxas de acumulação do capital. A crise imediatamente gerou a necessidade de alternativas para resolver a falta de demanda.

O americano Frederik Taylor (1856 – 1915), o pai da administração científica, introduz a divisão de tarefas, nas frentes de trabalhos fabris. Sua teoria fundamentava-se no princípio de que o trabalho deveria ser organizado de maneira a evitar desperdícios de tempo, idéia altamente revolucionária para aquele contexto histórico. Ele acreditava que as frentes de trabalho seriam capazes de produzir um novo tipo de trabalhador, resignado à sua condição de homem máquina e, portanto, menos conflitante dentro do chão de fábrica. É a era das funções repetitivas que desumaniza o trabalho humano e priva-lhe de sua dignidade.

A chamada alternativa “Fordista”<sup>31</sup> foi uma das estratégias utilizadas, através da qual a indústria e os processos de trabalho se consolidaram ao longo do século, cujos elementos essenciais foram fornecidos pela produção em massa e por meio do controle rígido do tempo e do estudo do movimento. A separação das tarefas, bem como, a fragmentação das funções desempenhadas pelos(as) trabalhadores(as) se traduzia em algumas das principais características do sistema fordista. Tal alternativa tinha como intuito tornar os(as) trabalhadores(as) capazes de consumir as mercadorias por eles produzidas.

Apoiado nas concepções da administração científica de Taylor, Henry Ford suplantou a produção de tipo artesanal, então característica da indústria automobilística daquela época, e introduziu a produção em larga escala nas linhas de montagem de suas fábricas, modificando completamente, com esse ato, as relações de trabalho até então conhecidas. Esse acontecimento tem uma

---

<sup>31</sup> O Fordismo representava uma produção de massa voltada para um consumo em massa. Este modelo de produção pode ser considerado “um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”. Para detalhamentos posteriores consultar HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993, p. 121.

importância ímpar para as questões relativas ao mundo do trabalho, inclusive em tempos de globalização dos mercados econômicos. Ao incorporar novos modelos de trabalho em suas fábricas, no começo do século passado, Ford abriu caminho para que essa indústria se tornasse, nos Estados Unidos e, mais tarde, em âmbito mundial, o setor de maior fabricação de produtos e de valores agregados.

É válido considerar que para Harvey as incorporações de tais procedimentos se configuram e tem “como base um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações do poder político-econômico que se estenderam por um longo período”. Em geral essas inovações representavam implementações de um conjunto de mudanças maiores que estavam em curso no mundo todo. Os princípios da administração científica de Taylor descreviam novas formas de operar os processos de trabalho e eram difundidos em muitas indústrias naquele período, acabando por configurá-la como um novo modelo de produção a ser implementado.

Entre alguns de seus princípios podemos destacar a ideia de que a produtividade poderia aumentar por meio da decomposição de cada processo de trabalho e da fragmentação das tarefas a partir do controle rígido do tempo e estudo dos movimentos. A separação entre gerência, concepção, controle e execução em muitos aspectos já se traduzia em práticas implementadas em muitas indústrias.

Também na perspectiva das teses “keynesianas<sup>32</sup>” os grupos hegemônicos no poder procuraram, principalmente após a Segunda Guerra Mundial nos países capitalistas centrais, desenvolver a ideia de “Estado de Bem-Estar Social”, um Estado rico e forte capaz de intervir na economia, ditando regras de regulação do mercado e criando condições para sua expansão e crescimento econômico. Ainda nesta concepção, o Estado buscou ter como política, além da valorização do capital, a consolidação de direitos sociais oferecendo aos cidadãos saúde, emprego, educação, transporte, habitação e previdência. Fazia isso através do progressivo recolhimento de impostos e de suas reservas financeiras.

Após os anos 1950, se delineia no cenário mundial um novo conceito de desenvolvimento e acumulação do capital: a produção enxuta. Tem como mentor

---

<sup>32</sup> Na visão do modelo econômico defendido por Keynes, estabeleceu-se como princípio a transferência para o trabalhador de parte do lucro obtido pelos capitalistas; essa transferência ocorreria através de um sistema previdenciário governamental, de saúde, de escola, etc.

principal o engenheiro Taiichi Ohno que agregou a experiência estadunidense da produção em série ao potencial de pesquisa existente na indústria japonesa, conseguindo a maior margem de acúmulo de riqueza que o capital mundializado já havia produzido. A nova forma de administração, dita moderna, aproveitava elementos velhos da administração fordista, mas se baseava na experiência atualíssima do *just-in-time* das empresas japonesas, ou seja: uma filosofia de trabalho onde era preciso produzir a peça necessária, na quantidade necessária e no momento necessário. Essa nova tecnologia administrativa influenciou radicalmente não só os Estados Unidos, mas todo continente europeu. É a experiência oriental que serve de modelo ao ocidente para as novas relações de trabalho e reprodução do ciclo vital do capitalismo.

A partir de 1970 foi-se evidenciando um esgotamento do modelo de produção e acumulação capitalista de base fordista-taylorista. A crise fiscal, a crise monetária, os processos de estagflação (estagnação somado a altos índices de inflação), as crises do petróleo em 1973 e 1979, as constantes greves e os crescentes déficits na balança de pagamento dos Estados, marcaram o fim desse modelo de produção. Mais uma vez a crise do capital teve sua origem no decréscimo das taxas de lucro, incapacitando o capital de se expandir e mesmo de se manter, com taxas de lucratividade adequadas aos seus investimentos. Dessa vez, a estratégia utilizada foi a inversão da anterior, a exclusão do trabalhador do processo produtivo e a retirada do Estado dos chamados “direitos sociais” (DEL PINO, Op.cit)<sup>33</sup>. Além disso, as próprias estratégias governamentais, em sintonia com o interesse geral do capital, foram alinhadas com vistas ao enfraquecimento da classe trabalhadora, procurando manter uma taxa natural de desemprego que fragilizasse a organização sindical<sup>34</sup>. Entretanto, Mézáros (Op.cit, p. 29) salienta:

Apesar de todos os protestos em contrário, combinados com fantasias neoliberais relativas ao ‘reco das fronteiras do Estado’, o sistema do Capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado (...) desde as políticas agrícolas comuns e garantias de exportação até os imensos fundos de pesquisa financiados pelo Estado e o apetite incansável do complexo industrial-militar (...). O capital, na fase

---

<sup>33</sup> DEL PINO, Mauro A. B. Op. Cit.

<sup>34</sup> À medida que o mercado se “dinamiza” evidencia-se uma competição exacerbada pelo lucro. Os patrões tiram proveito do enfraquecimento do poder sindical e do exército de reserva para promover flexibilização nos regimes e contratos trabalhistas. (HARVEY, 1993.). Dessa forma, quanto mais individualizada e menos organizada estiver a classe trabalhadora, mais fraca se apresentará diante do capital.

atual de desenvolvimento histórico, tornou-se completamente dependente da oferta sempre crescente de 'ajuda externa'.<sup>35</sup>

Para essa nova fase do capital destaca-se especialmente o modelo de produção denominado Toyotismo<sup>36</sup> que expressa a forma particular de expansão do capitalismo monopolista do Japão no pós-1945, cujos traços principais são: produção flexível<sup>37</sup>, existência de grupos ou equipes de trabalho utilizando-se crescentemente da microeletrônica e da produção informatizada, havendo forte processo de terceirização e conseqüentemente precarização do trabalho<sup>38</sup>.

Com a crise, fez-se necessário o desenvolvimento de um processo de reorganização produtiva, sendo que este encontrou sua base de sustentação nas políticas neoliberais. Essas mudanças na organização da produção afetaram e afetam amplamente a classe trabalhadora, pois entre as principais conseqüências dessas mudanças está a flexibilização das relações de trabalho, o controle da organização sindical dos(as) trabalhadores(as), o desemprego, a fragmentação e a precarização das condições de trabalho, o aumento significativo da informalidade e da presença das mulheres em atividades de trabalho consideradas rotineiras e precárias.

Cabe considerar que esse novo modelo, além de instituir novas práticas e tendências capazes de reorganizar a esfera trabalhista, estendeu seu alcance, repercutindo, inclusive, no modo de vida dos(as) trabalhadores(as). Segundo Harvey (2005, p.121) a incorporação desse processo contínuo e de velocidade sem precedentes teve como conseqüência o surgimento de “um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem [...]”. Segundo ele, as novas formas de trabalho que foram

---

<sup>35</sup> MÉSZÁROS, Istvan. Op. Cit. p. 29

<sup>36</sup> O sistema Toyota de produção surgiu da necessidade de um reajuste na produção. Certas restrições no mercado exigiram a produção de pequenas quantidades de muitas variedades sob condições de baixa demanda, um destino que a indústria japonesa enfrentou no pós-guerra (OHNO, 1997). Esse novo modelo de gestão de trabalho apresenta atividades mais integradoras, as quais demandam um perfil de trabalhador que demonstre um conhecimento mais amplo do processo de trabalho; um trabalhador flexível, com capacidade de tomar decisões com habilidades para resolver problemas; um trabalhador que pudesse se caracterizar como polivalente e multifuncional.

<sup>37</sup> Durante a crise do petróleo (meados da década de setenta do século XX) que afetou a sociedade do mundo inteiro, a Toyota Motor Company, manteve um padrão de ganhos maiores que o de outras empresas. A diferença estava justamente na sua forma de produção que adotava como principal objetivo à redução dos custos e a produção de muitos modelos em pequenas quantidades.

<sup>38</sup> Ver ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

incorporadas “são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida”<sup>39</sup>.

É verdade que as transformações ocorridas nas mais variadas esferas da vida social, econômica, política e cultural acarretaram implicações significativas para a condição histórica dos(as) trabalhadores(as), notadamente no que diz respeito a sua inserção na esfera produtiva.

Vale ressaltar que essas transformações ocorridas desde a década 1970 são profundas e que suas marcas se traduzem, desde mudança nos processos de trabalho até nos hábitos de consumo. Dessa forma, muitos foram os incentivos dispensados aos(às) trabalhadores(as) para que estes incorporassem em suas atitudes, novas práticas de trabalho que atendessem às demandas do mercado. Muitos foram os investimentos em treinamentos, qualificações, entre outros aparatos que facilitassem a cooptação e cooperação dos funcionários para o desempenho de suas funções. Para Harvey (Op.cit., p.119)

A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho.<sup>40</sup>

Nesse sentido, podemos concluir que o modo pelo qual esses novos processos de trabalho foram se afirmando e ganhando espaço não se configurou em uma tarefa simples, mas num processo complicado, concretizado em longo prazo.

A crise do período pós-guerra fez surgir, por sua vez, um novo modo de princípio de trabalho denominado de “Acumulação Flexível”, um domínio social que se baseia na flexibilização dos processos produtivos e dos modos de consumo. Esse modelo difere dos demais principalmente por transferir para terceiros grande parte

---

<sup>39</sup> HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. (Título original: Spaces of capital: Towards a critical geography). Tradução: Carlos Szlak, São Paulo: Annablume, 2005, p. 121.

<sup>40</sup>Op.cit. p.119.

do que é produzido, fazendo eclodir um panorama de terceirização que ocasionou a dissolução de grande parte dos vínculos empregatícios e um contexto de precarização do trabalho de modo mais abrangente que, no entender de Harvey (Op.cit., p. 140) se configura

... na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento dos setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento e serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços'.<sup>41</sup>

Estamos, portanto, em um período de transição, onde predominava a produção maciça dos sistemas de produção, e que passa agora a ser convertido em distribuição flexível. Obviamente esse processo acontece mais nitidamente nas grandes empresas e organizações, em especial dos países capitalistas centrais. No caso do Brasil, a grande maioria das empresas vem operando com esquemas de funcionamento gerenciais e produtivos que ainda guardam características de modelos como o taylorismo-fordismo. As mudanças de culturas, de esquemas intelectuais e de convicções políticas estão também intrinsecamente imbricadas aos processos econômico-produtivos e seus respectivos desenvolvimentos sociopolíticos e econômicos. Transformam-se, assim, continuamente, os padrões de vida a partir das relações conflituosas entre capital e trabalho.

Todavia, segundo Gaudêncio Frigotto (2001)<sup>42</sup>, essa nova configuração econômica ratificada pela reestruturação da produção mundial incorpora ao processo produtivo apenas um terço dos(das) trabalhadores(as), os quais foram subordinados integralmente ao Capital. Os outros dois terços vivem numa precariedade absoluta, subempregados ou sem nenhuma perspectiva de emprego. Uma análise mais detida desse aspecto, no entanto, revela que as mudanças sucedidas na aparência fenomênica da realidade explicitam a essência da exploração, do domínio do capital frente ao trabalho.

---

<sup>41</sup> Op.cit., p.140.

<sup>42</sup> FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora**. Revista Perspectiva, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001

As questões relativas ao processo de reestruturação produtiva, suas conseqüências e desdobramentos para a classe trabalhadora, bem como o contexto atual de precarização do trabalho, se configuram na atualidade, para vários estudiosos, como uma das principais conseqüências desse percurso. Corroborando com as análises acima, Antunes (2003, p.12) assinala que os dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT revelam que quase dois terços da força de trabalho produtiva exercem funções laborais em condições precárias. Para o referido autor, uma grande parcela dos(as) trabalhadores(as) da atualidade “perambulam pelo mundo, como *prometeus* modernos, à cata de algo para sobreviver”.<sup>43</sup>

Esse contexto de exploração do trabalho é observado quando constatamos um universo de homens e mulheres que para sobreviver vendem sua força de trabalho e se submetem às piores condições de realização das atividades laborais, tornando-se reféns de um modelo de produção social cada vez mais excludente, como é o caso “clássico” dos trabalhadores da construção civil. A atual situação vivenciada pelos(as) trabalhadores(as) na participação social, no mercado de trabalho, é uma realidade expressa em muitas das demandas impostas a eles, como alternativa para se manter no emprego.

Esta reestruturação capitalista trouxe diversas mudanças institucionais e organizacionais, como a desregulamentação das relações sociais, o fim de direitos sociais conquistados, privatizações, descentralização das atividades que antes eram responsabilidade do Estado e a concentração dos mecanismos de controle e regulação. Dessa forma, a ideologia neoliberal reforça e justifica a exploração e a desigualdade social como forma de manter a sociedade de classes.

Outro aspecto da lógica neoliberal é o fato de o Estado buscar se reorganizar para diminuir sua participação nos gastos sociais, incentivando programas assistencialistas e de filantropia privada ou comunitária. Assim:

O estado reduz sua intervenção no trato da questão social, elaborando ou privilegiando os programas sociais, voltados apenas para a população mais empobrecida, caracterizando-se pela seletividade e focalização das políticas sociais, reduzindo os gastos sociais e transferindo as responsabilidades para a sociedade civil. Propaga-se a idéia de um Estado

---

<sup>43</sup> ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho – Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6ª reimpressão, São Paulo SP: Boitempo Editorial, 2003, p. 12.

mínimo, que atende as questões sociais de modo restritivo (FACEIRA, 2000, p.80).<sup>44</sup>

Desse modo, se no contexto social-democrático os direitos sociais dos cidadãos eram associados aos interesses da reprodução do capital, estes no contexto neoliberal são vistos como um problema a ser desmontado e substituído por políticas restritivas de assistencialismo e caridade. Na perspectiva dessa ideologia, as políticas sociais também visam subsidiar a iniciativa privada, seja com investimentos financeiros do Estado ou com vantagens tributárias e fiscais oferecidas às mesmas. Essa situação cria condições que facilitam os fluxos do capital, sobretudo com recursos do setor público.

Assim, a crise atual desse sistema econômico se situa em um novo ambiente da acumulação capitalista em que o capital se volta contra os mecanismos regulacionistas, contra os aparatos de proteção social, contra as organizações de luta dos(as) trabalhadores(as) como, os sindicatos e contra outras organizações representativas da classe trabalhadora, além de forçar os Estados Nacionais a se dobrar diante da competitividade mundial imposta pela financeirização e pela mundialização crescente dos fluxos de mercadorias do capital.

Notadamente, o neoliberalismo compromete-se com a hegemonia capitalista e, evidentemente, distancia-se dos interesses da classe trabalhadora, pois suas práticas levam ao enriquecimento imperialista dos centros hegemônicos do capital, ao mesmo tempo em que exacerbam o empobrecimento dos(as) trabalhadores(as) como classe, através de um fenômeno complexo que François Chesnais (1996) classificou de “mundialização do capital (CHESNAIS, 1996)”<sup>45</sup>. Esse tem afetado intensamente a materialidade da vida dos(as) trabalhadores(as). A dinâmica mundializada do capital; os novos padrões de competitividade estabelecidos além-fronteiras; o fomento dos avanços científico-tecnológicos, acelerados pela concorrência mundial e mais a desindustrialização, articulada à financeirização econômica, enfraqueceram a presença atuante das organizações do trabalho.

---

<sup>44</sup> FACEIRA. Lobélia da Silva. Estado, **Política Educacional e Cidadania**: política educacional no contexto neoliberal. In: Revista Universidade e Sociedade, nº 22, pág. 77-83. ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes de Nível Superior, Brasília, 2000, p. 80.

<sup>45</sup> Verificar CHESNAIS, François. **Mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. 1ª edição em português, São Paulo SP: Xamã, 1996.

As conseqüências das mudanças estruturais na dinâmica capitalista apresentam-se como uma maior polarização social e a deteriorização da vida social em geral - no sentido mais essencial possível da sociabilidade humana - sendo mais dramática a situação social do amplo leque de indivíduos que compõem a classe trabalhadora, da qual, além dos(as) trabalhadores(as) inseridos de forma mais estratégica no núcleo da estrutura produtiva e de circulação do capital, fazem parte os(as) trabalhadores(as) desempregados(as), subempregados(as), precarizados(as), terceirizados(as), pseudo-autônomos(as) e, inclusive, os indigentes e degradados de toda espécie.

Antunes (2006, p.19), comentando essa situação assinala

No estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas forma de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços, como se pode constatar na gama compósita e heterogênea presente em nosso universo de pesquisa.<sup>46</sup>

Quando o jogo de relações contraditórias de base econômica se torna assimétrico e extremadamente preponderante, relegando a um segundo plano as questões sociais, o resultado é dramático. Renovam-se ideias de que a marginalização é uma necessidade, a violência é legítima, a morte dos mais fracos é um mal necessário, retornando-se, desse modo, a um tipo bárbaro de darwinismo social, cujo conceito desde sua origem histórica sempre impôs o entendimento de que apenas os “mais fortes” seriam capazes de sobreviver à dinâmica competitiva do mercado e de viver sem proteções sociais ou políticas compensatórias. Em outras palavras, trata-se da retomada do caminho que leva à “barbárie” (MÉSZAROS, 2002)<sup>47</sup>.

Assim, a vida passa a não mais ter nenhuma garantia. Ao contrário da tese socialista, que coloca o direito à vida acima de todos os direitos, no projeto neoliberal o desprezo à vida é teorizado com toda tranqüilidade, uma vez que as

---

<sup>46</sup> ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006, p. 19.

<sup>47</sup> Consultar MÉSZÁROS, István. **O século XXI: Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

“conquistas sociais” são vistas como obstáculo obsoleto diante da mobilização geral decretada em nome da competitividade máxima.

Hayek (1990), um dos teóricos do neoliberalismo, na sua obra “O Caminho da Servidão”,<sup>48</sup> defende a ideia da livre concorrência do mercado (apregoadada como medida mais justa para o alcance da ascensão social), como um grande benefício ao crescimento econômico da sociedade, ressaltando que a desigualdade é um mal necessário para o desenvolvimento da sociedade em geral (NOGUEIRA, 1999).<sup>49</sup> O valor preconizado e prestigiado está no mérito individual de conquistar o mercado e o acesso a ele, depende da capacidade e qualificação de cada um, das “competências” adquiridas individualmente. Esse discurso oficial, no entanto, constitui-se extremamente contraditório, pois, embora a lógica do capital dissemine a ideia da “qualificação” e da “competência” para o sucesso, não há espaço para todos os que porventura as alcancem, por tratar-se de um problema estrutural.

Como no contexto neoliberal, o Estado se desobriga de garantir minimamente as condições de sobrevivência dos cidadãos, a grande parcela de desempregados existentes fica sem nenhum direito assegurado e encontra-se impossibilitada de recorrer ao mercado para satisfazer suas necessidades vitais, uma vez que não possui capacidade de consumo. É dessa forma que surgem o sem terra, o sem teto, o boia fria, o mendigo, a prostituta e uma crescente parcela de marginalizados sociais, compondo um quadro de extrema destituição de direitos e “inclusão subalterna”, conduzindo-os a passos largos rumo à “barbárie”.

Para efeito do que discorreremos, é importante frisar que tal situação traz outras exigências – como maior escolarização e qualificação – que se somam a outras dificuldades ainda enfrentadas pelos(as) trabalhadores(as) da construção civil, (preconceito e discriminações de ordens diversas), revelando que há muito a ser feito para superar o estado de exploração e de domínio em toda a condição humana. As mudanças no mundo do trabalho, muitas delas em curso, vêm modificando a

---

<sup>48</sup> Ver HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. Tradução e revisão: Ana Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5ª edição, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

<sup>49</sup> Nogueira assegura que a grande maioria dos países periféricos e ditos “em desenvolvimento” sabe bem a que levaram essas convicções. Foram perdidos anos preciosos à espera de um desenvolvimento que operaria milagres. É fato que a industrialização acelerou-se e virou fato marcante em muitos países sem que, no entanto, se dessem passos firmes em direção ao desenvolvimento social. Esses países não melhoraram como deveriam nas áreas estratégicas, na saúde, na habitação, na educação, na oferta de empregos formais, sem falar na distribuição de renda. Para aprofundamentos posteriores ler NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Gestão Social uma questão em debate*. In: RICO, Elizabeth de Melo, RAICHELIS, Raquel (Orgs) **Um estado para a sociedade civil**. São Paulo, Editora da PUC, 1999.

rotina e a forma de ser do(a) trabalhador(a). As novas exigências, como uma maior qualificação e uma maior flexibilização das tarefas, aumentam significativamente e se tornam cada vez mais comuns. Vejamos o caso da flexibilização.

## 2.2 A FLEXIBILIZAÇÃO

A globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos estão acompanhadas da realidade de centenas e centenas de trabalhadores(as) no mundo inteiro. Um grande número de trabalhadores(as) tem um contrato de curta duração ou meio expediente; os novos trabalhadores(as) podem ser alugados por horas, dias e semanas e descartados a qualquer momento.

No caso brasileiro, a flexibilização foi uma das opções, que teve rápida e ampla difusão por todas as atividades da economia, assumindo, assim, um importante papel na implementação do modelo japonês em nosso país, pois tem sido fundamental para garantir os níveis de produtividade e de redução de custos. Diante da atual crise financeira mundial, Antunes (op.cit) aponta que “o empresariado pressiona mais uma vez para aumentar a ‘flexibilidade’ da legislação trabalhista, com a falácia de que assim se preservam empregos”.<sup>50</sup>

É importante lembrar que a precarização do trabalho traz consigo o aumento da instabilidade dos rendimentos e que isso colabora para o desmonte do Estado social, sobretudo no que diz respeito à seguridade social. Embora nunca tenhamos tido um estado de bem-estar-social, conforme vivenciado pelos países capitalistas centrais no apogeu do capitalismo, os poucos direitos assegurados e conquistados aqui no país começaram a ser modificados e/ou perdidos nas últimas décadas. A situação dos(as) trabalhadores(as) é de precariedade permanente e isso acarreta mudança em todas as instâncias da vida, como assinala Andrea Tiddi ( 2002, p.25):

A precariedade é um processo que condiciona a existência de toda a força de trabalho pós-fordista. O processo de precarização do trabalho, essa experiência comum no trabalho vivo pós-fordista, foi estabelecido por etapas, mudanças, por passagens cruciais. Primeiramente, as etapas das intervenções legislativas que vêm provocando, pouco a pouco, o fracasso

---

<sup>50</sup> Ibidem. Folha de São Paulo. Op. Cit.

da edificação de todas as garantias conquistadas pelo trabalhador fordista e vêm introduzindo, de fato, a possibilidade de fazer uso da força de trabalho em um regime de flexibilização.<sup>51</sup>

A flexibilização, como estratégia de eficiência das empresas, leva a condição de precariedade do trabalho, traduzindo-se em contratos temporários, instáveis, terceirizados, etc. A ausência das garantias trabalhistas e sociais eleva o grau de precarização.

O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulamentação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possuímos garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação a renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação (Ibidem, p.75).<sup>52</sup>

Para Vasapollo (2005)<sup>53</sup>, a flexibilização na verdade se converte em estratégias perversas postas em prática pelas empresas para: desempregar trabalhadores sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; reduzir ou ampliar o horário de trabalho, de acordo com as condições de mercado; possibilidade de pagar salários mais baixos do que a paridade (trabalho igual, salário igual) de trabalho exige; possibilidade de dividir a jornada de trabalho em dias e semanas, segundo as conveniências das empresas, estratégia comum no setor da construção civil; mudar os horários e as características do trabalho (de que são exemplos os trabalhos por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, etc.) dentre outras formas de precarização da força de trabalho.

Por meio de mudanças trabalhistas e da complacência dos grupos hegemônicos no poder com práticas que ferem os direitos dos(as) trabalhadores(as), as empresas puderam substituir os(as) trabalhadores(as) efetivos e contratá-los em condições precárias de trabalho. Isso representou uma desestruturação do mercado de trabalho. O papel do desemprego foi fundamental nessa empreitada, pois ao

<sup>51</sup> ANDREA, Tiddi. **Precari. Percorsi di vita tra lavoro e non lavoro**. Roma: Derive Approdi, 2002, p. 25.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>53</sup> VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

impor a estagnação econômica, o neoliberalismo na versão brasileira promoveu o surgimento e a manutenção de um exército de desempregados dispostos a aceitar emprego em condições precárias, como as que tão bem caracterizam o setor da construção civil em todo o país.

O capital transita sem barreiras e fronteiras, a especulação supera a produção, a busca desenfreada de lucro não leva em conta qualquer princípio ético.

É nesse contexto de (re)organização das formas de produção e gestão do trabalho, vivenciado pela versão brasileira do neoliberalismo, que transitamos dos aspectos gerais para elementos mais específicos, confrontando aspectos teóricos e práticos. O intuito é analisar alguns impactos das referidas transformações no mundo do trabalho – instigado pela nova configuração do capital – tomando como exemplo para análise a classe dos(as) trabalhadores(as) do setor da construção civil em Fortaleza, nos anos de 2006 a 2008, a partir da investigação dos dados estatísticos do STICC–Ce e também dos elementos levantados em entrevistas, ressaltando-se os principais problemas enfrentados por esses sujeitos, o nível de escolaridade desses(as) trabalhadores(as), a formação política, a inserção social e o acesso a direitos sociais básicos, a compreensão dos mesmos sobre os processos de precarização do trabalho, dentre outros.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, vale explicitar ainda que mesmo com forte crescimento das atividades do ramo industrial de construções nos últimos 03 anos, na cidade de Fortaleza, continua-se a reproduzir fenômenos de emprego temporário, da informalidade, do aumento de carga horária sem correspondência salarial, dentre outros aspectos que caracterizam a precarização do trabalho. Em entrevista ao jornal O Povo, o presidente geral do sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Ceará, Geraldo Magela, faz a seguinte revelação:

O crescimento do setor industrial da construção civil de Fortaleza, CE, é notório. Há um incremento, conforme dados oficiais, de 30% a 40% no volume de obras durante 2007, mas a situação do emprego não corresponde a isso. Ainda existem muitas empresas fazendo grandes obras sem assinar a carteira. O aquecimento da construção civil embora tenha aumentado o número de trabalhadores formais, gerou aumento da jornada de trabalho. Tem prédio que nem começou a ser construído e já foi praticamente todo vendido. Isso significa que os trabalhadores têm que correr contra o tempo e trabalhar mais com horas extras de trabalho. Além disso que rotatividade da força de trabalho é muito elevada, pois é comum o

trabalhador ser contratado por um período médio de oito a dez meses. Quando a obra termina, ele está automaticamente desempregado.<sup>54</sup>

No capítulo a seguir, abordaremos algumas das diferentes características relacionadas ao setor da construção civil em Fortaleza, no período de 2006 a 2008, analisando as falas dos sujeitos que compõem a história dessa categoria que tem sido marcada por evidentes processos de informatização, precarização, terceirização, perda de garantias, irregularidades, ilegalidades, etc. Aspectos como: as experiências de escolarização dos(as) trabalhadores(as); a percepção que os(as) trabalhadores(as) têm dos episódios que vivenciam, bem como a importância que dão à formação política; relatamos um “passeio” feito pelos canteiros de obras, analisando as condições de trabalho; trazemos as falas dos sujeitos e seus sonhos de realizações futuras, “chamas” que persistem em brilhar apesar das adversidades.

Escolarização, consciência política, condições de trabalho e sonhos futuros serão categorias analisadas mais especificamente.

---

<sup>54</sup> Cf. [Http://diariodonordeste.globo.com](http://diariodonordeste.globo.com), Sábado, 08/03/2008.

### 3 A CONSTRUÇÃO CIVIL EM FORTALEZA

*De fato, como podia um operário em construção compreender por que um tijolo valia mais do que um pão? Tijolos ele empilhava com pá, cimento e esquadria. Quanto ao pão, ele o comia... Mas fosse comer tijolo! E assim o operário ia com suor e com cimento erguendo uma casa aqui. Adiante um apartamento, além uma igreja, à frente um quartel e uma prisão: Prisão de que sofreria. Não fosse, eventualmente um operário em construção.*

*(Vinícius de Moraes)*

Nas últimas décadas do século XX a cidade de Fortaleza vivenciou um período de crescimento populacional e urbanístico, com destaque para a região metropolitana que incorporou municípios vizinhos. Dessa forma, novos bairros, ruas, avenidas emergiram muito rapidamente e com estes, problemas de ordem estrutural, como por exemplo: falta de saneamento básico; falta de transporte público; ausência de políticas eficientes de saúde e de educação; falta de moradias populares adequadas e falta de empregos, dentre outros.

Esse fenômeno de crescimento urbano é resultado de um projeto de desenvolvimento, abraçado pelo país por ocasião do processo de industrialização, que preconizava a centralização de recursos e investimentos de toda ordem para os grandes centros urbanos. Muitos aspectos da vida rural foram relegadas a segundo plano (ou a plano nenhum) como é o caso da educação no/do campo para os(as) trabalhadores(as) e seus filhos, que ao longo de sua história, foi descaracterizada e excluída do plano de desenvolvimento nacional, na medida em que não se levou em consideração as peculiaridades dessa população.

Tal descaso contribuiu para que no processo migratório do homem do campo para os grandes centros urbanos, em busca de melhores condições de vida, este se apresentasse como força de trabalho não escolarizada, submetida à intensa exploração do capital no mundo urbano, como é o caso de milhares de trabalhadores(as) que ingressaram na construção civil.

Concordamos com Furtado (2003, p. 02) quando diz:

O campo não constituía um espaço prioritário para ação institucionalizada do Estado através de diferentes políticas públicas e sociais. Pelo contrário, sempre foi tratado, pelo poder público, com políticas compensatórias, através de projetos, programas e campanhas emergenciais e sem continuidade, com ações justapostas e concepções de educação até mesmo contraditórias.<sup>55</sup>

Esse fenômeno impulsionou as correntes migratórias interioranas, sobretudo, para as capitais dos estados como Fortaleza, a partir da segunda metade do século passado. Nesse sentido, a capital cearense é palco de especulação e direcionamento de investimentos privados e/ou públicos para a indústria da construção civil, (que tem agregado trabalhadores(as) de todos os municípios cearenses) entendido como setor estratégico para o crescimento e desenvolvimento do país em especial nas últimas décadas.

Diante desse cenário, cabe destacar que a importância social da construção civil se deve, em parte, à grande absorção da mão de obra, e, ao poder de reprodução de empregos diretos e indiretos. É fato que, mesmo em períodos de crise econômica (como a crise financeira/econômica atual originada no setor imobiliário americano), esse é um dos setores que mais cresce por conta de investimentos estratégicos do Governo Federal.

Outro fator que concorre para esse crescimento é o fato de que, historicamente, a reprodução do trabalho na construção civil não é realizada por meio de uma seleção e treinamento formal, e com isto, as empresas submetem suas regras de comunicação e estrutura organizacional aos hábitos provenientes da cultura de seus operários – cultura essa, ainda ligada à sua origem social, o campo, de onde se originam a maioria dos operários – e pactuam com a hierarquia de poder estabelecido no interior da estrutura de ofícios, centralizada em especial, na figura do mestre-de-obras e/ou engenheiro responsável pela obra.

Sobre as divisões desse ramo de atividades Marta Farah (1996, p.52) salienta que esse se divide em três subsetores no país.

O Subsetor da construção pesada inclui entre suas atividades a construção de infra-estrutura viária, urbana e industrial (terraplanagem, pavimentação, obras ligadas à construção de rodovias, de aeroportos e da infraestrutura

---

<sup>55</sup> FURTADO, Eliane Dayse Pontes e outros. **A educação do campo**: a educação de jovens e adultos e as políticas compensatórias. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq. Mimeo, Fortaleza, 2003.

ferroviárias, vias urbanas, etc.); a construção de obras estruturais e de arte (pontes, viadutos, contenção de encostas, túneis, etc.); de obras de saneamento (redes de água e esgoto); de barragens hidroelétricas; a perfuração de poços de petróleo, etc. O Subsetor de montagem industrial, por sua vez, é o responsável pela montagem de sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, de sistemas de telecomunicações, pela montagem de sistemas de exploração de recursos naturais, etc. O subsetor de edificações, finalmente, inclui entre suas atividades a construção de edifícios – residenciais, comerciais, institucionais e industriais; a construção de conjuntos habitacionais, a realização de partes de obras, por especialização, tais como fundações, estruturas e instalações, e ainda a execução de serviços complementares como reformas.<sup>56</sup>

Conforme já explicitado, esse estudo pretende analisar alguns elementos da construção habitacional de Fortaleza, e de alguns de seus sujeitos, por isso essa modalidade será tratada aqui com mais ênfase.

### 3.1 O RECORTE EMPÍRICO

A história da construção civil na capital cearense é também a história de um grupo social que tem características peculiares. Em sua maioria são do sexo masculino, com faixa etária entre 19 e 60 anos, com baixa escolarização, oriundos dos municípios interioranos e com precárias condições de sobrevivência<sup>57</sup>. Importante salientar que ao analisarmos as experiências dos(as) trabalhadores(as) desse setor produtivo, partimos também de sinais e indicações deixados (intencionalmente ou não) por aqueles que vivenciaram e vivenciam todo o desenrolar histórico do processo. Essas apreensões estão relacionadas também a elementos subjetivos, como comportamentos, aspirações, hábitos, rituais, etc., bem como formas de condução de reuniões, de assembleias, o modo como conversam (diretores entre si, e/ou com trabalhadores), a construção de comportamento, conduta, conhecimento e assim por diante.

Nesse sentido, a utilização de fragmentos de histórias de vida foi fundamental para a compreensão de fenômenos e fatos historicamente determinados. Conforme citado acima, a produção de relatos de vida ou histórias de vida – cuja ênfase reside

---

<sup>56</sup> FARAH, Marta. F. S. **Processo de trabalho na construção habitacional**: tradição e mudança. São Paulo: Editora ANNABLUME, 1996, p.52.

<sup>57</sup> Dados da Pesquisa de Iniciação Científica do Departamento Teoria e Prática da Educação da Faculdade de Educação da UFC. Coordenada pelos Professores Drs. Hildemar Rech e Nicolino Trompiere nos anos de 2006 a 2008.

nas experiências remota e atual de trabalho – foram instrumentos de investigação que possibilitaram a apreensão dos vários mundos, das várias situações e das trajetórias sociais dos atores (BERTAUX, 1997).<sup>58</sup>

Conforme explicitado na metodologia, procedemos na coleta de dados a partir de alguns instrumentos metodológicos, a saber: conversas informais; diário de campo; entrevistas quantitativas, com uma amostra de 100 trabalhadores; observações sistemáticas, etc. Foram realizadas, ainda, 15 entrevistas qualitativas com trabalhadores(as) de diversas funções do setor em questão, sendo que 05 eram dirigentes e/ou funcionários do sindicato e 10 trabalhadores em atividade.

As entrevistas qualitativas seguiram um roteiro (apêndice 1) que aborda questões que vão desde a escolarização, passando pela situação atual de trabalho e indo até as expectativas futuras dos sujeitos. Vale ressaltar a relevância de uma pesquisa de Iniciação Científica (financiada pelo CNPq) desenvolvida no mesmo período pelos Professores Doutores Hildemar Rech e Nicolino Trompieri e um bolsista da graduação (curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará) sobre a mesma temática, cuja análise dos dados serviu imensamente para a consolidação das ideias aqui desenvolvidas.<sup>59</sup>

A vida dos(as) trabalhadores(as) da construção civil certamente não se restringe ao mundo do trabalho árduo. Ainda que as pessoas entrevistadas se apresentem como sujeitos, cujas vidas estão imersas em dificuldades ou em precariedades materiais, há toda uma rede de relações e práticas – religiosas, políticas, de vizinhança – que emprestam sentido ao cotidiano. Observá-las e analisá-las não de forma estanque, mas na busca de compreendermos o todo é, deveras esclarecedor em muitos aspectos. Por exemplo: freqüentar as reuniões no sindicato; participar das confraternizações e de datas comemorativas; reuniões sociais nos finais de semana e nas folgas com a família e/ou amigos; freqüentar uma sala de aula e receber atenção quase individualizada de uma professora; conversar e ter contato com temas novos; tudo isso, segundo os depoimentos, alimenta a sensação de satisfação na construção daquilo que parece ser sua “cultura

---

<sup>58</sup> Ver BERTAUX, Daniel. **Lês récits de vie**: perspective ethnosociologique. Paris: Nathan Université, 1997.

<sup>59</sup> A pesquisa teve início em 2006 com o tema: “Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, CE, 2006 a 2008: Escolaridade, Renda, Acesso aos Serviços de Saúde e Moradia e Satisfação no Trabalho”, minha participação se deu em todo o trabalho de campo junto aos demais pesquisadores.

operária”<sup>60</sup> que ora se expressa com princípios de “resistência” e ora se esboça com elementos de “conformismo” em relação à ordem vigente.

Analisando esse processo Paul Willis (Op. cit., p.212) adverte

As determinações estruturais agem não por efeito mecânico direto, mas pela mediação através do nível cultural, onde suas próprias relações se tornam sujeitas à forma de exposição e explicação. No segundo momento do processo, as estruturas que se tornaram agora fontes de significado, definição e identidade, fornecem o marco e a base para decisões e escolhas na vida – em nossa democracia liberal feitas livremente – que, tomadas sistematicamente e agregadas em grande número, realmente ajudam a reproduzir as principais estruturas e funções da sociedade.<sup>61</sup>

Essa cultura operária pode ser caracterizada por uma construção intencional ou não da subjetividade desses trabalhadores que interfere positivamente e/ou negativamente na compreensão de classe, de mundo e de sujeito, bem como na elaboração e na vivência das experiências em curso. Dessa forma, o cultural é parte da necessária dialética da reprodução.

Nesse sentido, as falas dos sujeitos são reveladoras. Seguem abaixo algumas apreensões sobre a questão da educação formal.

Sr. Raimundo, que voltou a estudar depois de passar mais de 30 anos “sem pisar em uma sala de aula” o fez, porque tem dificuldade para ler e escrever e quer ver se “pega o ritmo mais um pouquinho”. Acerca da experiência em sala ele argumenta:

Quando a gente vai pra uma sala de aula a gente pega muito conhecimento. Quando a gente começa a gente sente dificuldades, mas quando começa a pegar mais intimidade, aí você começa a achar bom. Tem os amigos que a gente fica conversando com eles e tudo o mais. Ali é divertimento pra gente; é um passatempo. Além de a gente aprender alguma coisa, é um passatempo (Sr Raimundo, 50 anos, Assistente de mestre de obras, EJA I).

Os depoimentos com afirmações semelhantes são freqüentes entre muitos dos(as) trabalhadores(as) da construção civil e não nos permite afirmar (no que diz respeito a educação) que a busca e a experiência de escolarização se concretiza em negativo absoluto. A vivência fora do espaço de trabalho e doméstico, por exemplo,

<sup>60</sup> A cerca da expressão ‘cultura operária’ consultar, WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador:** escola, resistência e reprodução social. Trad. Por Tomaz Tadeu e Deise Batista. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

<sup>61</sup> Op. Cit, p. 212.

que amplia a sociabilidade, é sempre ressaltada na fala dos sujeitos da pesquisa e pode também se entendida com um ganho. Predominam, contudo, os problemas e os empecilhos, a luta pela permanência no emprego, sobretudo diante das peculiaridades inerentes ao trabalho e ao próprio trabalhador da categoria, particularmente a questão da busca por estabilidade e qualificação, mesmo diante da rotatividade e das frágeis relações estabelecidas com os empresários.

Essas são marcas das histórias individuais, trazidas desde a infância desses jovens e adultos, cuja parcela considerável é oriunda do interior do Estado, do campo. Suas trajetórias se iniciam, por exemplo, com a dificuldade de conciliação da “lida do campo” com “a lida do estudo”, dimensões da vida que sempre comparecem no passado desses adultos, como práticas incompatíveis.

Veremos a seguir como os sujeitos da pesquisa compreendem seu acesso ou não, ao mundo letrado, bem como o que revelam os dados de escolarização desse grupo social. Suas falas reveladoras traduzem seu sentimento em relação à escolarização, bem como à “leitura” que fazem do processo que vivenciam.

### 3.2 A ESCOLARIZAÇÃO: ESPERANÇA E DESILUSÃO

*O objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana.*

*(Emir Sader)*

O analfabetismo no Ceará alcança cerca de 1,7 milhões de pessoas. Desse total, 326 mil são jovens entre 12 e 29 anos. Só em Fortaleza há 431.169 pessoas nessa situação. Além do analfabetismo absoluto, o Estado conta com um grande contingente de analfabetos funcionais<sup>62</sup>, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2007. Essa é uma realidade presente no setor produtivo aqui em questão.

---

<sup>62</sup> É analfabeto funcional aquele que não é capaz de usar a leitura e a escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida, segundo relatório da UNESCO nos anos 90. Já o IBGE passou a divulgar na mesma década também índices de analfabetismo funcional, tomando como base não a auto-avaliação dos respondentes, mas o número de séries escolares concluídas. Pelo critério adotado, são analfabetos funcionais as pessoas com menos de quatro anos de escolaridade. (Dados do Instituto Paulo Montenegro, Ação Educativa, 2001).

Os dados vêm nos revelar a triste situação vivenciada por uma parte significativa da população. Se considerarmos que a leitura e a escrita são instrumentos histórico-culturais do homem e que a escola é o espaço prioritário de socialização do saber sistematizado, esses dados negativos revelam um fosso entre o discurso hegemônico da tecnologia e do mercado – que cada vez mais exigem qualificações profissionais para o trabalho – e a realidade de milhares de trabalhadores(as).

A tabela abaixo revela o percentual de escolarização dos operários entrevistados.

<b>TABELA 1: ESCOLARIZAÇÃO DOS(AS) OPERÁRIOS(AS)</b>					
<b>q13 - Qual sua escolaridade?</b>					
		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	nunca estudou	1	1,0	1,0	1,0
	educação infantil	6	6,0	6,0	7,0
	ensino fundamental incompleto	48	48,0	48,0	55,0
	ensino fundamental completo	27	27,0	27,0	82,0
	ensino médio incompleto	8	8,0	8,0	90,0
	ensino médio completo	6	6,0	6,0	96,0
	ensino superior incompleto	1	1,0	1,0	97,0
	ensino superior completo	2	2,0	2,0	99,0
	outros cursos, quais e onde?	1	1,0	1,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: Relatório da pesquisa “Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, CE, 2006 a 2008: Escolaridade, Renda, Acesso aos Serviços de Saúde e Moradia e Satisfação no Trabalho”.

O Estado brasileiro, ao longo dos anos tem se isentado da sua responsabilidade em relação ao analfabetismo dos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade como grupos sociais que historicamente não têm tido acesso a um processo efetivo processo de letramento.<sup>63</sup>

<sup>63</sup> A discussão sobre letramento no Brasil se dá a partir dos anos 1980, quando esse termo ganha destaque na academia. Trata-se de uma conceituação que compreende o uso social da palavra escrita e da leitura de forma abrangente, isto é, para além da simples aquisição desses códigos. Compreende, portanto, um conjunto complexo de habilidades e conhecimentos para uso social, no contexto em que o sujeito está inserido. Segundo Soares,

Quando indagados sobre o fato de não terem completado o ensino fundamental na idade regular, a necessidade de trabalho aparece como resposta mais significativa:

<b>TABELA 2: FATORES QUE INTERFERIRAM A CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL</b>					
<b>q15.1 - se você não fez ou não completou o ensino fundamental, qual foi o motivo? PROBLEMAS DE SAÚDE</b>					
		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	sim	5	5,0	5,0	5,0
	não	95	95,0	95,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	
<b>q15.2 - se você não fez ou não completou o ensino fundamental, qual foi o motivo? NECESSIDADE DE TRABALHAR</b>					
		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	sim	84	84,0	84,0	84,0
	não	16	16,0	16,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	
<b>q15.4 - se você não fez ou não completou o ensino fundamental, qual foi o motivo? A ESCOLA NÃO ERA BOA</b>					
		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	sim	11	11,0	11,0	11,0
	não	89	89,0	89,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: Relatório da pesquisa “Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, CE, 2006 a 2008: Escolaridade, Renda, Acesso aos Serviços de Saúde e Moradia e Satisfação no Trabalho”.

Os programas e projetos de alfabetização desenvolvidos pelos governos ou em parcerias com organismos internacionais – dos quais participam muitos(as)

“Paulo Freire foi um dos primeiros educadores a realçar o poder revolucionário do letramento ao afirmar que ser alfabetizado é saber usar a leitura e a escrita como um meio de tomar consciência da realidade e de transformá-la. Freire concebe o papel do letramento como sendo ou de libertação do homem ou de sua domesticação, dependendo do contexto ideológico em que ocorre, e alerta para a sua natureza inerentemente política, defendendo que seu principal objetivo deveria ser o de promover a mudança social”. (SOARES, 2003, p. 76-77). Vale salientar que para ‘letramento’, não há uma definição universal e absoluta.

trabalhadores(as) da construção civil – aparecem como um esforço estatal para cuidar de uma sociedade “endemicamente” analfabeta ou como arremedo de dever cumprido.

Os(as) trabalhadores(as), destituídos do direito à educação nesse processo, são transformados em culpados no discurso oficial. Como se não bastasse, trazem para si próprios a responsabilidade pelas dificuldades de aprendizagem e por não terem completado seu processo de escolarização na idade regular.

Os depoimentos confirmam:

Minha vida sempre foi muito dura, não deu pra estudar por que tive que trabalhar desde cedo pra ajudar minha família. Só estudava quem era mais ‘folgado’ naquela época, nos tivemos que trabalhar muito e não dava pra estudar. Agora estou tentando estudar um pouco pra ver se aprendo mais alguma coisa (R. C. Serviços gerais, 55 anos cursando EJA II).

Nesse tempo, nessa época as coisas eram mais difíceis né. A gente tinha que trabalhar e estudar daí chega um tempo em que a gente está tão sufocado que abandona os estudos só pra trabalhar. Eu sempre pensei em voltar mas ainda não deu. (F. R. S. Funcionário do sindicato, 56 anos, cursou até a 5ª série).

Trata-se, pois, de perverso processo de culpabilização do trabalhador pelo seu fracasso no mercado de trabalho ou que lhe atribui sucesso pela sua empregabilidade. Numa sociedade cada vez mais sem emprego, a visão que o trabalhador ainda tem da educação é encará-la como a pedra de toque para a formação do cidadão do século XXI: produtivo, útil, só e mudo.

Em relação à qualificação profissional Cláudia Kober (2004, p. 4) sinaliza:

Qualificar-se é, no entanto, tarefa complicada. Numa sociedade na qual cada um é, mais e mais, tido como o senhor do seu próprio destino, cabe ao trabalhador, perante as ofertas apresentadas pela sociedade, decidir, sozinho, que caminho tomar. É ele que tem que balizar as informações e sinais que recebe na empresa, na televisão, na conversa com colegas, e tomar decisões sobre como agir, para que o futuro não lhe reserve a alternativa da exclusão. Numa situação econômica de altas taxas de desemprego, essas decisões ganham ainda mais peso, pois se pode atribuir a elas, e, portanto a pessoa, qualquer erro nas opções em relação a qualificações e sua consequência, o desemprego. Tudo se encaminha para uma culpabilização ou responsabilização individual pala convicção de desemprego.<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> KOBBER, Cláudia Mattos. **Qualificação profissional:** uma tarefa de Sísifo. Campinas, SP: Autores Associados, (coleção educação contemporânea) 2004. p. 4.

Contudo, na contramão dessa tentativa de aprender, reconhece-se o fato de que a história alfabetização da oficial via campanhas, tem significado, na prática, uma alfabetização mecânica e funcional em que o ato de ler e de escrever tem se transformado em simples aquisição de algumas habilidades técnicas, motoras, tendo como alguns dos seus fortes objetivos a conservação da ordem político-ideológica vigente; a inserção mínima dos(as) trabalhadores(as) no sistema de produção e reprodução capitalista<sup>65</sup>; e muitas vezes pelo fato de as empresas buscarem a mera certificação de qualidade que é exigida por alguns órgãos de fiscalização e avaliação<sup>66</sup>.

Mesmo assim, a situação escolar dos sujeitos entrevistados é revelada a seguir:

<b>TABELA 3: SITUAÇÃO ESCOLAR</b>					
<b>q14 - situação escolar</b>					
		<b>Frecuencia</b>	<b>Porcentaje</b>	<b>Porcentaje válido</b>	<b>Porcentaje acumulado</b>
Válidos	está estudando	9	9,0	9,0	9,0
	não está estudando	91	91,0	91,0	100,0
Total		100	100,0	100,0	

Fonte: Relatório da pesquisa “Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, CE, 2006 a 2008: Escolaridade, Renda, Acesso aos Serviços de Saúde e Moradia e Satisfação no Trabalho”.

A inserção ocupacional dos jovens e adultos no setor da construção civil, isto é, a passagem da inatividade para a atividade, no atual contexto (mesmo diante de

<sup>65</sup> Como estratégia de dominação hegemônica a construção do ‘discurso oficial’ governamental se ampara na fala dos próprios trabalhadores (as), produzindo uma necessidade de leitura e escrita que se adéqua aos ditames da reestruturação da produção e reprodução do sistema econômico vigente, cujo objetivo é inserir minimamente os trabalhadores (as) no processo produtivo capitalista, em atendimento as novas demandas. Daí a importância dada aos programas massificadores de alfabetização de jovens e adultos adotados em resoluções a partir das conferências, dos encontros, das reuniões e dos congressos que discutem a educação para todos (tanto nacionais como internacionais) com o fim de que programas de educação sejam implementados nos países periféricos e em ‘desenvolvimento’. Esse processo, logicamente, se dá apartado da discussão de uma escolarização na perspectiva de uma formação humana.

<sup>66</sup> Nos últimos anos tem surgido no mundo várias siglas e métodos para tentar implantar nas empresas de construção civil inserções de qualidade, entre elas podemos citar: Certificado ISSO 9000, 5 S’s, Sistemas de Gestão pela Qualidade Total, dentre outros.

um crescimento do setor) é marcada por incertezas e experimentações. As determinações estruturais desse sistema econômico e suas sucessivas crises, conforme narrado acima, concorrem fortemente para que os jovens e adultos ocupem empregos mais instáveis e precários.

As transformações em curso na sociedade, decorrentes das mudanças técnico-organizacionais no mundo do trabalho, têm como consequência uma série de mudanças que se traduzem na precariedade e na vulnerabilidade do emprego e do trabalho. Os avanços tecnológicos têm gerado novas expectativas nas empresas que agora enfrentam mercados globalizados, extremamente competitivos, surgindo novas exigências em relação ao desempenho dos profissionais. A integração, a qualidade e a flexibilidade constituem-se nos elementos-chave para dar os saltos de produtividade e competitividade.

Conforme salientando no decurso desse texto, as transformações no mundo do trabalho têm como um dos agravantes, o enxugamento dos postos de trabalho e, em decorrência disso o desemprego, assim como a crescente precarização das relações de trabalho. Isso tem afetado a todos, inseridos ou não no mercado de trabalho, particularmente os jovens e adultos que têm baixa escolaridade, característica marcante no setor da construção civil.

Sobre esse fenômeno cabe, portanto, a seguinte reflexão: a educação é convidada e aclamada freqüentemente para resolver questões profundas sobre as quais não tem envergadura. No discurso oficial abraçado pela sociedade civil e suas instituições, em que a educação aparece como a “salvadora da pátria”, parece anunciar um novo tempo, prometer vida mais farta, apontar perspectivas profissionais (especialmente aos jovens), no entanto, as relações práticas atestam que são questões complexas e de difícil solução. Os(as) trabalhadores(as) se desiludem reconhecendo que é difícil solucionar de forma satisfatória suas demandas básicas de sobrevivência por meio da educação que lhes é ofertada. Sobre isso, comenta Sônia Pereira (2007, p.360):

Essa miragem atravessa todo o espectro social brasileiro, no campo e nas cidades, no sertão, no litoral ou nas serras. Os portadores de tais discursos e as práticas que por eles se orientam, encontram-se não somente no campo governamental. Podem ser igualmente identificados do lado da sociedade civil organizada: nas organizações não-governamentais, nas associações de pequenos agricultores ou no sindicato de trabalhadores

rurais – pequenos agricultores, sem terra ou proprietários de pequenas parcelas de terra – os quais parecem não escapar das teias do otimismo (pedagógico?) em curso<sup>67</sup>.

A autora não pretende, com tais afirmações, minimizar a importância da educação – escolarização, alfabetização ou letramento – para a formação humana. Pereira (2007) reconhece que o processo educacional, quando considera as especificidades e singularidades culturais da população, constitui-se efetivo instrumento de crescimento individual e coletivo dos sujeitos envolvidos, sendo por sua vez elemento imprescindível na elaboração da consciência crítica acerca da realidade social política, econômica e cultural bem como uma das vias de mobilidade social.

Mas isso não elimina as contradições. Alguns trabalhadores(as) argumentaram que há pessoas que se esforçam e conseguem ler e escrever, e outros que até concluem os estudos básicos em meio às debilidades e precariedades, mas suas condições de vida não mudam e por isso acabam tornando-se pedreiros, serventes, engraxates, empregadas domésticas, etc. Embora essas sejam profissões dignas, a remuneração ofertada é mínima para a satisfação das suas necessidades básicas, que dirá das demais necessidades.

Estas são indagações que se tornam freqüentes na fala dos sujeitos e no discurso até de quem trabalha com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). “Para quê estudar se a finalidade é a enxada?” explicitou uma das secretárias de um Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA. Dessa forma, muitos(as) trabalhadores(as) reconhecem que não vão conseguir tudo que talvez almejem ou o que lhes é oferecido no “discurso oficial” por participarem de um processo de aprendizagem da leitura e da escrita ou supostas qualificações.

Ainda sobre o discurso que vincula educação, emprego e desenvolvimento, Kober (2004, p.7) reflete:

Poucas idéias têm hoje a força consensual que vincula educação, emprego e desenvolvimento. A saber, o investimento em educação geraria retornos, em termos de produtividade para as empresas, de conseqüente desenvolvimento econômico e bem-estar social para o país e de aumento de renda e possibilidade de inserção social para o indivíduo. Esta idéia permeia todos os setores da sociedade, mas, [...] a relação de causalidade

---

<sup>67</sup> PEREIRA, Sônia. **Espaços de participação e escolarização de trabalhadores rurais:** construção ou destituição do direito à educação no campo? Revista Brasileira de Educação. vol.12 n.35 Rio de Janeiro May/Aug. 2007. p. 360.

direta entre estes fatores mais esconde do que esclarece a teia de relações sociais, econômicas e políticas aí envolvidas.

A estrutura social, econômica e política brasileira, que não proporciona condições de emprego digno, mesmo para aqueles que sabem ler e escrever e até para os que têm certa medida de qualificação exigida, deixa muitos(as) trabalhadores(as) numa situação de perplexidade e de revolta.

Quando indagada sobre os reais objetivos e finalidades do processo de escolarização que alguns trabalhadores(as) da construção civil estão vivenciando em projetos e programas de alfabetização que funcionam em alguns canteiros de obras, uma funcionária do sindicato argumentou:

Alguns trabalhadores têm buscado se escolarizar porque as empresas não querem mais analfabetos entre os seus funcionários para serem bem avaliadas por órgãos que certificam a qualidade delas. Por isso permitem que funcione no canteiro de obras salas de aula também. Alguns trabalhadores têm cursado esses cursos, mas posso assegurar que o maior ganho é pessoal mesmo, para eles. Dificilmente eles terão alguma ascensão por conta disso (S. S. C sindicato dos trabalhadores).

Os(as) trabalhadores(as) da construção civil apropriando-se dos seus mecanismos de análises avaliam que a relação deles (e de outros grupos na mesma situação) com a escrita e a leitura tem íntima ligação com as relações de saber/poder, de dominação, em suma, pela contradição capital e trabalho. Segundo a análise marxiana, ao capital não interessa o trabalhador/cidadão com direitos sociais garantidos, atuante, capaz de mudar a realidade de submissão e opressão. Isso representaria a destruição do trabalhador/produtor de mais-valia, o que poderia romper com os elos da produção capitalista.

### 3.3 A CONSCIÊNCIA POLÍTICA: DILEMAS DE NOSSA FORMAÇÃO SOCIAL

*Foi dentro da compreensão, desse instante solitário, que, tal sua construção, cresceu também o operário. Cresceu em alto e profundo, em largo e no coração. E como tudo que cresce, ele não cresceu em vão, pois além do que sabia – exercer a profissão – O operário adquiriu uma nova dimensão: A dimensão da poesia.*

*(Vinícios de Moraes)*

A tentativa de mensurar a consciência política de algum indivíduo ou grupo social consiste num desafio gigantesco. A ideia de abordar essa temática representa uma intenção de analisar minimamente a compreensão que os(as) trabalhadores(as) têm da importância de uma leitura crítica do mundo e de si, a partir das suas falas e práticas, levando-se em consideração a histórica alienação política a que está submetida grande parcela da população brasileira fruto também de nossa formação político-social.

Ao falar de política não podemos deixar de resgatar alguns elementos importantes ao debate, tendo em vista as inúmeras falas negativas proferidas pelos operários que revelam um sentimento de descrédito quase que generalizado. Muitas incompreensões foram identificadas nesse percurso e achamos pertinente mergulhar, ainda que brevemente, na complexidade dessas questões levantadas pelos sujeitos da pesquisa acerca desse tema.

Nesse aspecto, começamos por reconhecer que na modernidade, a política é deslocada para o Estado e só alguns terão acesso a ela, a chamada “democracia representativa”. A apatia social diante da democracia burguesa e dos burocratas políticos (muitos deles da chamada esquerda) que tentam discutir e resolver os dilemas da sociedade dá-se, pelo fato de que esta (democracia burguesa) não consegue se efetivar concretamente. Essa política (feita através desse sistema de representação) não é autônoma, é privatista, é ação para manter interesses particulares do capital e, portanto, impotente para resolver problemas sociais (MARX e ENGELS, 1848)<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Retornamos, com muito mais força, àquela análise de Marx sobre o Estado capitalista, mero “comitê para gerir os negócios comuns da burguesia” (*Manifesto Comunista*, escrito em 1848 por Marx e Engels).

O horror à política, relatado não só pelos(as) trabalhadores(as) entrevistados(as), mas também por parcela significativa da nação, expressa a dificuldade que as comunidades estão tendo não só de se adaptar a um quadro de crise e mudança acelerada, mas, sobretudo, de governá-lo, dirigi-lo, superá-lo. Embora a política seja (na sua clássica definição) a atividade do social, não restam dúvidas de que a experiência negativa que temos com a política deriva também da forma de fazer política da “aclamada” democracia representativa (NOGUEIRA, 2001).<sup>69</sup>

Dentre outros fatores, podemos assinalar que a política, no contexto neoliberal de fundamentalismo de mercado, parece ter se tornado completamente irrelevante. Entre as causas deste fato, aparentemente incontornável, está a financeirização da economia (que tira a autonomia de decisões dos governos nacionais); a desconstrução das identidades de classe e sua representação em partidos políticos; e a reestruturação da produção mundial com seus efeitos avassaladores sobre a “classe que vive do trabalho”<sup>70</sup>; dentre outros, que são fenômenos decorrentes das transformações recentes do capitalismo, conforme esclarecido nos capítulos iniciais. Todas as relações político-sociais estão mediadas agora por decisões externas. A política interna infelizmente parece ter perdido a capacidade de dirigir a sociedade.

Francisco de Oliveira (1999)<sup>71</sup> salienta que na história política brasileira, diante da emergência do proletariado, da liberação do campesinato e da possível concessão de direitos aos trabalhadores que pudesse proporcionar a conquista de espaço no cenário nacional, a burguesia reagiu com ditaduras (contraditoriamente buscando um consenso imposto), promovendo a anulação da fala, da reivindicação e o impedimento pela busca de uma distribuição mais equitativa da riqueza, o que enfim representou a anulação da política.

---

<sup>69</sup> É importante salientar que a política que está hoje na berlinda é antes de tudo a ‘política dos políticos’. Mas não toda ela genericamente. Apesar dos pesares, os trabalhadores ainda continuam desejando ser bem governadas, e se sentem recompensadas e seguras quando seus representantes sabem representá-las a altura. Nogueira ressalta que na maioria das vezes as pessoas não se dão conta de que a morte dos políticos seria o renascimento da autoridade em estado bruto. Seria a entrada em cena da força no lugar do diálogo, da arrogância e da prepotência no lugar da tolerância. A esse respeito ler NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

<sup>70</sup> Expressão cunhada por Ricardo Antunes. Ler ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª reimpressão, São Paulo SP: Boitempo Editorial, 2003.

<sup>71</sup> OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia (orgs) **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. São Paulo: Vozes/FAPESP, 1999, p. 55-81.

Nossa “democracia” parece ter sido reduzida a aspectos formais, mais estreitos, como o ato de votar. Somam-se a isso as compreensões distorcidas sobre os fatos sociais, as transferências inadequadas de responsabilidades e a naturalização de um processo complexo de violência, proibição da fala e anulação da política (OLIVEIRA, Op.Cit.)<sup>72</sup>.

Contudo, mesmo a política feita pela “esquerda” parece privilegiar mais o parlamento, esquecendo da vida concreta dos indivíduos, o que é claramente percebido pelos trabalhadores da construção civil e pela população. Caracteriza-se em grande parte por alternância de poder entre grupos privilegiados numa espécie de “continuísmos”. Tenta ser uma ação política para guiar os homens, mas que na verdade os enfraquece. Já para os partidos liberais e conservadores, os problemas da sociedade não têm caráter estrutural, mas sim na falha de administração dos governantes, uma referência à falta de “vontade política” e “competência”. Sobre esse fato, Marx (2004, p. 8) argumenta:

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre a vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares.

Dessa forma, não é possível existir verdadeira ou real democracia da maioria na sociedade capitalista, pois colocaria em xeque a lógica privatista do capital<sup>73</sup>. A política institucional-partidária na sociedade hodierna parece não perceber os limites dela mesma, na medida em que persiste em manter no seu discurso hegemônico um de seus pilares fundamentais - a igualdade e a equidade – mas, sob efeitos de desigualdade real.

Uma política voltada para a autodeterminação dos homens, para os interesses sociais e coletivos, como um processo permanente, é o que defende Marx, ou seja, um modelo de organização política que enfatize e concretize os interesses dos trabalhadores e marginalizados. O socialismo, como modelo de organização da sociedade, significa o fim da alienação, da heteronomia dos homens diante de suas

---

<sup>72</sup> Op. Cit..

<sup>73</sup> Para Marx a lógica da produção da vida material no sistema capitalista precisava ser alterada, repensada, discutida e/ou anulada, pois do contrário, não teremos uma sociedade diferente.

próprias criações coletivas. Com a superação da alienação, abre-se a possibilidade de que os homens construam a sua própria história e controlem coletivamente as suas relações sociais.

Nesse aspecto, a democracia burguesa pode ser tomada como estratégia e não como fim último da história humana. As suas conquistas e bandeiras referentes aos direitos civis, sociais e políticos, devem ser efetivadas na compreensão da perspectiva socialista, uma democracia como sufrágio universal. Todos os espaços reivindicatórios existentes dentro do sistema político-institucional ou não, devem ser ocupados e utilizados como instrumentos de luta para a construção de uma sociabilidade mais igualitária. Muitos estudiosos da política no cenário nacional propõem a criação de um novo espaço de conflito agregando todos os grupos interessados na construção de outra sociedade, um novo espaço capaz de dizer aquilo que o sistema representativo já não tem capacidade de dizer pelo fato de ter sido, em certa medida, absorvido pelo capital.

Diante do exposto, algo parece claro, a saber: o espaço público é construído através de muitas lutas da classe trabalhadora, e que se os sem parcela (excluídos, subalternizados e degradados de toda espécie) são privados da fala, não há política; o que há é uma mera administração dos recursos e interesses políticos e econômicos e isso não é política no sentido aqui defendido<sup>74</sup>. Os trabalhadores da construção civil sabem bem o significado disso, dada a sua história de luta e reivindicação dos seus direitos. Daí a importância de resgatar um sentido fundamental da política, que deve servir, sobretudo, para abolir situações de opressão e desrespeito para com a vida.

Pensando em estratégias e alternativas, Ivo Lesbaupin nos lembra o documento síntese da Agenda Pós-neoliberal<sup>75</sup> produzido em 2005:

---

<sup>74</sup> Política, no sentido de Rancière, é a reclamação da parte dos que não têm parte e, por isso, se constitui em dissenso. Nessa acepção, os que fazem política distinguem-se por pautar os movimentos do outro, do adversário, por impor-lhe, minimamente, uma agenda de questões, sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Para mais detalhes consultar RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

<sup>75</sup> A “Agenda Pós-Neoliberal” foi uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e com a participação de outras entidades e movimentos. Foi produzido um documento por ocasião desse encontro elaborado a partir das intervenções feitas por diversos especialistas no decorrer de vários seminários organizados no período 2004-2005. Uma primeira versão foi publicada na revista *Democracia Viva*, n. 25, p. 81-85, 2005. LESBAUPIN, Ivo. A democracia e a construção de alternativas. In: Olhares e reflexões, texto-síntese da **Agenda Pós-Neoliberal**, 2005, apud ([www.ibase.br](http://www.ibase.br)).

Para enfrentar essa situação, temos de reinventar a política, radicalizar a democracia, reafirmar um princípio fundamental: homens e mulheres são capazes de construir a história, a sociedade e a economia. Reinventar a política significa (...) instituir o reconhecimento social das pessoas pobres e despossuídas de direitos, como sujeitos da transformação. Trata-se de reinventá-la submetendo-a aos princípios de uma nova democracia. Isso implica, ao menos, três movimentos simultâneos. Primeiro, reconstruir e alargar os espaços públicos de participação política, nos quais a soberania popular e cidadã possam ser afirmadas. Segundo, repolitizar a vida social, em especial com a submissão radical da economia à política democrática. Terceiro, alimentar uma nova subjetividade, que estimule cada sujeito social a contribuir, de maneira autônoma, recíproca e criativa na reprodução e na reinvenção incessante da vida social (2005, p. 30).

Nessa empreitada, a reafirmação dos princípios acima relatados é fundamental. Sendo o homem um ser social e político (como dizia Aristóteles), Marx nos ajuda a compreender que a política, enquanto “autodeterminação dos homens”, é que liberta. A forma de fazer política não pode se separar da vida real. Em Marx (Op.Cit., p.31) lemos:

A emancipação humana só será completa quando o homem real e individual tenha absorvido para dentro de si o cidadão abstrato; quando como um homem individual, em sua vida quotidiana, em seu trabalho, e em suas relações, se transforme em um *ser genérico*; e quando tenha reconhecido organizado suas forças próprias como *força social*, deixando assim de separar este poder social de si mesmo na forma de um *poder político*.<sup>76</sup>

Partindo dessa concepção, entende-se que o homem real e individual só atingirá a emancipação plena quando, nas suas atividades empíricas, este se tornar conscientemente um ser social e político, uma revolução enquanto movimento permanente. Na contemporaneidade é relevante a ideia de que nações mais democráticas e transitórias são necessárias para o estabelecimento de uma nova ordem mundial na perspectiva da efetivação do socialismo.

A elevação cultural das massas e classes subalternas pode ser um indicativo dessa transformação radical. É isso o que defende o autor italiano Antonio Gramsci após tomar o marxismo como método de análise concreto do real e das suas diferentes determinações. Em Gramsci, a discussão política (não como momento da força, mas como o momento da hegemonia, da direção intelectual e moral, da construção de consensos) perpassa todos os seus escritos, quando ressalta, sobretudo, a construção de um projeto civilizatório capaz de vencer os desafios da

---

<sup>76</sup>Op. Cit., p. 31.

modernidade e construir uma democracia econômica, política e social “de baixo para cima”, uma espécie de “revolução permanente”<sup>77</sup> (AGGIO, 1998).

Gramsci insiste em que todo ser humano contribui, de uma forma ou de outra, para a formação de uma concepção do mundo predominante. Ele assinala que tal contribuição pode cair nas categorias contrastantes da “manutenção” e da “mudança”. Pode não ser apenas uma ou outra, mas ambas, simultaneamente e isso dependerá da forma como as forças sociais conflitantes se confrontam e defendem seus interesses. Importante, ainda, salientar que para ambos os autores, a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real<sup>78</sup> (DIAS, 1996).

A crise e a política são dois eixos importantes de análise deste autor, para a construção de uma sociedade igualitária. É com Gramsci que temos, talvez, a resposta mais avançada para a crise do Estado e para o problema do esgotamento da política, na sua maneira estratégica e original de ser pensada a partir da “teoria de Estado ampliado”<sup>79</sup>, onde a luta para a construção de uma contra-hegemonia é travada no terreno da sociedade civil. Também para Marx esses dois elementos são importantes já que ambos os autores aproximam-se da ideia de negar a política burguesa e afirmar a política crítica como um movimento de resistência e de confronto ao capital.

Levando em consideração esses processos como vias de refinamento da consciência política, um processo educativo crítico/transformador desempenha papel fundamental para o levantamento das problemáticas da vida e para a criação das possibilidades de soluções para os(as) trabalhadores(as). Voltamos a lembrar que a alfabetização e a escolarização, nesse sentido, são peças fundamentais e devem ser entendidas como um processo amplo, para além da aquisição da escrita e da leitura. Implicam possibilidade de mudança de vida na medida em que o sujeito se insere num processo contínuo de letramento.

---

<sup>77</sup> Para mais detalhes consultar AGGIO, Alberto. (org.) **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, (prismas) 1998.

<sup>78</sup> DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci: o outro**. São Paulo. Editora Xamã. 1996.

<sup>79</sup> Essa teoria diz respeito a idéia de enquadrar tanto a sociedade política como a sociedade civil como fazendo parte do Estado como um todo, divergindo da compreensão que apontava a configuração do Estado apenas para a sociedade política.

Essa conquista para os(as) trabalhadores(as) da construção civil tem se dado de forma lenta, quase que incipiente, conforme revelam os dados de escolarização baixos e insuficientes. Até porque é sabido que os empregados são mais politizados quando têm acesso a formações e informações de qualidade e isso pode resultar, dentre outras coisas, em um sentimento de luta e reivindicação e de pertença ao coletivo.

Sobre o acesso a informações de qualidade, através de materiais de leituras, os(as) trabalhadores(as) foram questionados(as) da seguinte maneira:

**TABELA 4: ACESSO A MATERIAIS DE LEITURA**

**q27 - Na casa existem materiais de leitura?**

		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	sim	85	85,0	85,0	85,0
	não	15	15,0	15,0	100,0
Total		100	100,0	100,0	

**q28.2 - Quais? LIVROS ESCOLARES**

		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	sim	77	77,0	77,0	77,0
	não	23	23,0	23,0	100,0
Total		100	100,0	100,0	

**q28.4 - Quais? REVISTAS**

		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	sim	19	19,0	19,0	19,0
	não	81	81,0	81,0	100,0
Total		100	100,0	100,0	

**q28.1 - Quais? MATERIAL RELIGIOSO**

		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	sim	61	61,0	61,0	61,0
	não	39	39,0	39,0	100,0
Total		100	100,0	100,0	

**q28.1 - Quais? MATERIAL RELIGIOSO**

		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	sim	61	61,0	61,0	61,0
	não	39	39,0	39,0	100,0
Total		100	100,0	100,0	

**q28.3 - Quais? OUTROS LIVROS**

		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	sim	20	20,0	20,0	20,0
	não	80	80,0	80,0	100,0
Total		100	100,0	100,0	

Fonte: Relatório da pesquisa “Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, CE, 2006 a 2008: Escolaridade, Renda, Acesso aos Serviços de Saúde e Moradia e Satisfação no Trabalho”.

Observamos a prevalência de materiais de leitura de cunho religioso. As relações estabelecidas entre este tipo de leitura e seus significados na vida dos operários investigados encontra-se abordada de forma mais específica no subtópico “As expectativas em relação ao futuro”, no item “religiosidade”.

Outros espaços educacionais de aprendizado não formais têm sido importantes na vida desses trabalhadores, como demonstra ser o próprio sindicato. Em relação ao papel do sindicato, um dos diretores comentou: “O sindicato é como se fosse o pai deles”, e complementa:

Quando eles recebem a cobrança de um imposto que eles não sabem bem o que é, eles botam no bolso e vem direto aqui pra resolver... eles entendem bastante o que queremos dizer pela necessidade da luta e da busca dos seus direitos, eles, no geral, reconhecem o papel que desempenha o sindicato. Mesmo com atuação limitada em algumas questões, o sindicato é a porta de entrada da maioria das reivindicações dos trabalhadores. Nós atuamos muito na questão trabalhista, ele é fundamental na manutenção de direitos, atua na questão previdenciária, para coibir táticas de trabalho escravo e/ou abusivo, na manutenção de jornada de trabalho, na questão do pagamento até de salários, então se não fosse o sindicato normatizando e pressionando não sei o que seria desses trabalhadores (Diretor Financeiro).

Nas reuniões para discussão salarial, a sede do sindicato já recebeu cerca de dois mil trabalhadores numa única reunião. Eles compreendem que aquele espaço de discussão, esclarecimento, disputas e conflitos é um lugar de aprendizados e que, portanto, deve ser por eles apropriado. Isso historicamente tem garantido uma atuação incisiva e eficaz dessa entidade na defesa dos direitos desses trabalhadores, solidificando uma história positiva de luta política e social.

Eles estão cada vez mais atentos a questões como: um canteiro de obras planejado onde possam ter higiene nas áreas de vivência, boas instalações sanitárias, segurança e treinamento para desempenhar melhor suas funções.

Nesse sentido, os operários sempre se reportam, também, para a importância da educação formal, seja como fonte de esclarecimentos para as questões trabalhistas e sociais, seja para a tentativa de melhorar de vida. Entretanto, constatamos que há uma dissociação entre qualificação e educação, pois, até o momento, na empresas investigadas, não há preocupação com a qualificação para o trabalho. Os trabalhadores, ao contrário, não só identificaram a urgente necessidade da escolaridade, como também, a necessária qualificação para o trabalho devido às novas tecnologias e formas de organização da produção.

Fica patente, em algumas falas, o medo do desemprego em função das novas exigências:

Aqui eu tenho que me segurar como posso. A coisa lá fora não ta tão fácil, e eu não tenho mais idade pra ta buscando emprego. Tem muito rapaz mais novo querendo meu lugar aqui, por isso preciso também fazer curso pra melhorar um pouquim mais (A. S. C. Mestre de obras).

Na história de vida dos(as) trabalhadores(as), a rotatividade é um elemento muito forte e, mesmo estando na empresa a 10, 15 e até 18 anos, eles não acreditam na possibilidade de permanência no emprego. A tabela abaixo traduz essa realidade, quando aponta que cerca de 82% dos entrevistados ficou sem trabalho muitas vezes:

**TABELA 5: ROTATIVIDADE**

<b>q34 - Quantas vezes ficou sem trabalho?</b>					
		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	0 - nunca ficou	11	11,0	11,2	11,2
	1 - um ano	4	4,0	4,1	15,3
	2 - dois anos	1	1,0	1,0	16,3
	100 - muitas vezes	82	82,0	83,7	100,0
	Total	98	98,0	100,0	
Perdidos	Sistema	2	2,0		
Total		100	100,0		

Fonte: Relatório da pesquisa “Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, CE, 2006 a 2008: Escolaridade, Renda, Acesso aos Serviços de Saúde e Moradia e Satisfação no Trabalho”.

Sobre os motivos que justificam a rotatividade, os operários relataram a questão da falta de emprego e das demissões como causas principais. Outro elemento significativo para essa redução dos postos de trabalho pode ter sido determinada pelo cancelamento dos lançamentos de novas obras, o que levou algumas empresas a dispensarem trabalhadores mantidos provavelmente porque uma nova obra já iria começar em seguida. A baixa nas expectativas em relação às condições gerais da economia brasileira por conta do início da crise afetou negativamente o nível de emprego na indústria da construção civil brasileira para além dos conhecidos efeitos sazonais, decorrentes do período de chuvas e das férias, constatou o Sindicato da Indústria da construção civil em São Paulo no final de 2008<sup>80</sup>.

Comentando, ainda, a qualificação para o trabalho, uma das habilidades importantes para o trabalhador atualmente nas empresas é a capacidade de compreender antecipadamente a tarefa que deverá realizar, para que organize suas ações operacionais de maneira objetiva e coordenada.

Esse elemento deveria mudar, em parte, a divisão do trabalho, porém o que tem que ser feito já está determinado pela empresa. O quando, o como, quem faz e porque, a habilidade do trabalhador, a criatividade, a atitude inovadora para resolver

<sup>80</sup> Extraído do site [WWW.investmentosenoticias.com.br](http://WWW.investmentosenoticias.com.br) acessado em 02/02/2009.

problemas dão-se no intuito de cumprir os prazos com os clientes e adaptar-se às mudanças propostas.

### 3.4 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

As informações coletadas acerca das condições de trabalho, incluindo dados estatísticos, corroboram com a hipótese anteriormente levantada.

Em visita a alguns postos de trabalho, constatamos que poucas empresas atendem as exigências no que diz respeito aos aspectos físicos: sanitários inadequados, falta de espaço para descanso, falta de lugar adequado para o almoço dos(das) trabalhadores(as). Nos banheiros e nos locais onde alguns dormiam, por exemplo, verificou-se o descaso e a falta de investimentos nas necessidades básicas desses sujeitos, gerando uma série de transtornos aos operários. A maioria dos trabalhadores entrevistados não dormia na obra, mas relataram experiências suas e de outros companheiros vivenciadas em tal situação.

**TABELA 6: CONDIÇÕES DE TRABALHO**

<b>q41 - As condições de trabalho na obra são :</b>					
		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	Boas	46	46,0	46,0	46,0
	Regulares	39	39,0	39,0	85,0
	Ruins	15	15,0	15,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: Relatório da pesquisa “Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, CE, 2006 a 2008: Escolaridade, Renda, Acesso aos Serviços de Saúde e Moradia e Satisfação no Trabalho”.

Curiosamente um percentual significativo dos operários respondeu que as condições de trabalho na obra são boas e/ou regulares. Algumas das conquistas e necessidades básicas oferecidas aos trabalhadores soam como uma dívida dos patrões e não como direito.

A alimentação é outro aspecto citado nas falas dos operários de forma satisfatória e poucas vezes como uma questão que poderia ser melhor administrada.

Segundo a alegativa de alguns trabalhadores(as) a água que os(as) mesmos(as) bebem também é alvo de críticas por parte dos agentes sanitaristas fiscalizadores e supostamente a causa de algumas doenças entre eles. O sindicato conseguiu conquistas significativas nas principais greves para garantir que a alimentação fosse efetuada de forma adequada nos canteiros e realizada por empresas especializadas, mas ainda recebem denúncias de má qualidade na execução desse serviço.

Sobre a problemática dos acidentes de trabalho, as estatísticas revelam que os maiores índices ainda estão no setor da construção civil. Esses acidentes são o resultado de alguns fatores como: a jornada de trabalho extensa; a falta, ou o não uso, de equipamentos de segurança; a necessidade de alguns fazerem horas extras para melhorar o salário, embora redobrem também o cansaço; o fato de trabalharem por produtividade e/ou gratificação; o fato de que muitos operários precisem dormir no próprio local de trabalho (em condições precárias), por conta de trabalharem além da jornada convencional, dentre outros aspectos.

Mesmo diante das flagrantes irregularidades, e tendo sido resguardadas as suas identidades, a maioria dos operários responde positivamente o questionamento acima, conforme demonstra a tabela 7, que trata do respeito à legislação trabalhista pela empresa onde os entrevistados trabalham. Esse fato pode ser interpretado pelo menos de duas formas: medo de se expor de alguma maneira a ponto de perder o emprego; o não conhecimento da legislação trabalhista a ser implementada pela empresa; e/ou as duas.

**TABELA 7: RESPEITO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA**

<b>q47 - A empresa que você trabalha respeita a legislação trabalhista?</b>				
	Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	1	1,0	1,0	1,0
As vezes	2	2,0	2,0	3,0
Não	13	13,0	13,0	16,0
Não sei	1	1,0	1,0	17,0
Nem semp	1	1,0	1,0	18,0
Sim	81	81,0	81,0	99,0
Um pouc	1	1,0	1,0	100,0
Total	100	100,0	100,0	

Fonte: Relatório da pesquisa “Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, CE, 2006 a 2008: Escolaridade, Renda, Acesso aos Serviços de Saúde e Moradia e Satisfação no Trabalho”.

Outra questão identificada é o fato de que muitos(as) trabalhadores(as) exercem suas funções de forma irregular, os chamados “avulsos”, ou seja, pessoas que trabalham na obra sem cadastro ou contrato de trabalho oficial. Dessa forma, esses operários trabalham de maneira irregular sem nenhuma garantia e, na grande maioria das vezes, recebendo uma remuneração inferior ao que a legislação preconiza. Um funcionário do sindicato que fiscaliza as obras nos diz:

Alguns trabalhadores têm sua carga horária aumentada e por isso podem até ganhar mais. Mas se a gente for atrás, ele tá trabalhando além do limite... nós chegamos semana passada numa empresa que um funcionário tava trabalhando oitenta e poucas horas... quer dizer se a gente for somar – por semana são quarenta e quatro – ele tava trabalhando quase por duas pessoas. Isso é muito prejudicial pelo seguinte, se uma obra dura um ano, aquele funcionário só agüenta noventa dias... nesse ritmo o máximo que ele pode ir é quatro meses... e o risco de acidente aumenta muito... ele fica esgotado... e o quê que a empresa faz, coloca pra fora e chama outro. Passa a quere matar o funcionário num espaço de três a quatro meses. É muito comum isso. (R. P. N. Funcionário do Sindicato)

Ainda segundo o funcionário, o sindicato recebe muitas denúncias, tanto dos(as) trabalhadores(as), como de moradores próximos as obras, que detectam inúmeras irregularidades. Quando isto acontece, o sindicato visita a obra para averiguar essas supostas irregularidades e tomar as devidas providências, seja a paralisação imediata da obra, seja a negociação com a empresa responsável para corrigir as irregularidades. No período do desenvolvimento dessa pesquisa, em Fortaleza estava em andamento cerca de quatrocentas (400) obras, o que torna difícil a fiscalização e o acompanhamento do sindicato e dos demais órgãos de fiscalização. Dessa forma o sindicato dá preferência a casos e denúncias mais graves.

Sobre os equipamentos de segurança e os acidentes, o trabalhador de uma média empresa enfatiza:

Rapaz, a coisa só funciona mesmo lá quando a fiscalização bate em cima. Aí eles ajeitam tudo direitinho... depois fica uma negação lá. Lá não tinha

nem técnico de segurança para orientar nós. Na maioria das vezes ninguém usa nada pra se proteger dos acidentes. Só quando vai a fiscalização. Aí o mestre de obras diz pra ajeitar tudo direitinho... limpar e tudo. (F. R. Serviços gerais)

Embora pareça contraditório, muitos(as) trabalhadores(as) não usam os utensílios de segurança para evitar e/ou minimizar os danos causados por possíveis acidentes, devido a “falta de costume”, argumenta o trabalhador. Nesse movimento contraditório, alguns operários reivindicam os utensílios de segurança quando não estão disponíveis na obra. Outros conhecem os benefícios de proteção do uso correto, têm acesso a eles, mas não os utilizam diariamente, fazendo-o somente por ocasião da fiscalização. A falta de instrução do técnico de segurança do trabalho (profissional obrigatório e indispensável na obra) e a falta de fiscalização sistemática pode ser apontada como um dos motivos para esse descaso. Conforme revela um trabalhador:

Para mim o problema está na própria empresa. Toda empresa tem um setor de segurança, mas muitas delas não contratam um técnico de segurança. Tem que ter para dar orientação para manter a segurança dos operários. (E. F. A. Funcionário do sindicato).

As empresas visitadas aparentemente seguem o padrão da construção civil brasileira, ou seja, ainda permanecem nas velhas formas de produzir o trabalho. Há similaridade no modo de aprender o trabalho nos canteiros de obra com o modo de produção feudal, em que os aprendizes aprendiam com os mestres no ambiente de trabalho ou com o pai no ambiente familiar. No entanto, por ser uma empresa capitalista, verificamos, também, a forte influência da manufatura, do modelo taylorista/fordista e do “modelo japonês”. Vejamos o que falaram os trabalhadores sobre a maneira como aprenderam a profissão:

Não. Não fiz nenhum curso. É como eu lhe falei antes. Eu trabalhava com meu pai. Meu pai também era leigo, não tinha curso... não teve como fazer... Ele era marceneiro de dom, fazia aquele trabalho e aí ia ensinando os filhos como era que trabalhava, procedia daquela maneira. Até hoje a gente continua, porque sabe como é que né? Curso hoje é meio caro pra fazer e com o salário que a gente ganha não dá né (F. R. S. 45 anos, Servente e Jardineiro).

Aprendi de mente própria. Curso, curso eu não fiz. Eu aprendi tipo de quem já trabalhava de dentro também como meus irmãos. É uma coisa que a pessoa vem e tem que aprender aí fui ficando bom pelo tempo (C. A. P. 44 anos, Auxiliar de ferreiro).

No meu caso foi o seguinte, eu trabalhei com meu tio que me ajudou a aprender algumas coisas daí fui esforçando também... forçando a mente, prestando atenção, tentando aprender, daí fui fazendo e tá dando certo (M. A. 40 anos, Pedreiro).

O aprendizado do trabalho ocorre independentemente da realização de curso de qualificação e isso pode ser notado nas falas dos(as) trabalhadores(as). O processo depende das habilidades técnicas, criativas e artísticas do trabalhador, a tarefa é quase sempre a mesma e tem o quantitativo de produção estabelecido. A hierarquia dentro do canteiro e a especificação das tarefas, a quota de produtividade, dentre outros fatores, remetem-nos ao modelo mecanicista<sup>81</sup>.

Apesar dos(as) trabalhadores(as) serem formados no local de trabalho, nos canteiros de obra, a empresa interfere muito pouco nesta formação, são raras as iniciativas de treinamento e capacitação para os(as) trabalhadores(as) nas empresas visitadas. Estas, por sua vez, somente dão seu aval a essa estrutura, com a admissão dos(as) trabalhadores(as) que se submetem à disciplina e às condições de trabalho subjacentes.

Quando perguntamos sobre as ofertas de cursos de capacitação e qualificação para os trabalhadores tivemos a surpresa conforme tabela a seguir:

<b>TABELA 8: CURSOS OFERECIDOS PELA EMPRESA</b>					
<b>q66 - A empresa incentiva a realização de cursos externos ?</b>					
		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	sim	13	13,0	13,0	13,0
	não	87	87,0	87,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	
<b>q65 - A empresa em que você trabalha oferece cursos de treinamento ou de formação interna?</b>					
		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	sim	25	25,0	25,0	25,0
	não	75	75,0	75,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

<sup>81</sup> Nesse aspecto ler FURTADO, Maria Piedade Alves. **O operário da construção em construção**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Belo Horizonte: UFMG, 1984.

Fonte: Relatório da pesquisa “Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, CE, 2006 a 2008: Escolaridade, Renda, Acesso aos Serviços de Saúde e Moradia e Satisfação no Trabalho”.

A construção civil é um setor em que a cultura operária (na maioria das vezes ligada à subserviência e a subalternidade) está presente na socialização da força de trabalho e na estrutura de ofício difundida nos diversos canteiros. Algo muitas vezes transmitido de pai para filho, ou através de ligações parentescas e de amizade. Dentro dessa estrutura é que as empresas têm procurado estabelecer a sua lógica empresarial.

A base da noção de competência está atualmente relacionada com as exigências por escolaridade e qualificação profissional. A escolaridade, segundo um diretor de empresa, passará a ser o primeiro requisito para a progressão funcional. Não é a toa que se criou, no meio empresarial onde o conceito de qualificação e competência está muito ligado à educação formal, a ideia de que o trabalhador da construção civil é desqualificado. O fato de esse ramo ser uma das primeiras atividades urbanas dos migrantes internos colabora para a construção dessa visão, já que este setor passa a ser, muitas vezes, o portão de entrada no mercado urbano de trabalho.

Sobre o fato de estarem trabalhando na construção civil, dos 100 operários entrevistados, 36 responderam que é porque “gostam da área”, 22 disseram que era por causa da “necessidade”, 13 responderam que foi por “falta de opção” e 22 por conta de algum vínculo (amizade e/ou parentesco) com quem já trabalhava.

Outra questão diz respeito aos trabalhos extras que os operários realizam quando estão de folga ou em outros turnos, para melhorar a renda, são os chamados “bicos”.

Essa estratégia (entendida por alguns operários como necessária devido aos baixos salários) constitui-se um problema, na medida em que representa um esgotamento quase que completo do trabalhador.

A tabela abaixo assinala para o elevado percentual dos operários que realizam atividades extras:

**TABELA 9: OPERÁRIOS QUE REALIZAM TRABALHOS EXTRAS**

<b>q44 - Além do trabalho na obra , você tem outra(s) atividade(s) para melhorar sua renda ?</b>					
		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	"Faço bico"	1	1,0	1,0	1,0
		1	1,0	1,0	2,0
	0	18	18,0	18,0	20,0
	Faço "bico"	1	1,0	1,0	21,0
	Faço "bico"	1	1,0	1,0	22,0
	não	1	1,0	1,0	23,0
	Não	39	39,0	39,0	62,0
	No momento não,mas geralmente faço "bico"	1	1,0	1,0	63,0
	Sim	35	35,0	35,0	98,0
	Sim,tenho um pequeno comércio	1	1,0	1,0	99,0
	Trabalho no final de semana	1	1,0	1,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: Relatório da pesquisa "Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, CE, 2006 a 2008: Escolaridade, Renda, Acesso aos Serviços de Saúde e Moradia e Satisfação no Trabalho".

Outro aspecto analisado foi referente à satisfação e a motivação dos operários no trabalho. Vale ressaltar que, conforme advoga Heineck<sup>82</sup> (1997), a construção e manutenção da motivação dos(as) trabalhadores(as) passam por aspectos básicos como, condições mínimas de higiene, segurança, alimentação e convívio dentro do canteiro e até mesmo situações que levam uma maior autonomia dos(as) trabalhadores(as), a criação de desafios, o entendimento dos problemas humanos de cada um, assim como e as oportunidades de crescimento profissional, dentro de condições de supervisão e chefias positivas.

Diante das debilidades e precariedades encontradas é muito difícil manter um satisfatório grau de motivação dos sujeitos da pesquisa para o pleno desenvolvimento da atividade proposta. A necessidade e a luta pela sobrevivência são, em última instância, o motor dessa motivação.

<sup>82</sup> HEINECK, Luis F. M. **Estratégias de produção na Construção de Edifícios**. Congresso Técnico Científico, Florianópolis, abril/ 1997.

### 3.5 AS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO FUTURO

*Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída.*

*(Paulo Freire)*

Algo parece destacar-se na fala dos(as) trabalhadores(as), a ideia de melhorar sua situação de vida e da família por meio do seu esforço e dedicação ao trabalho. A crença em se profissionalizar, na esperança de uma promoção na empresa, fica evidente também na fala de alguns, embora essa trajetória seja verdadeiramente limitada. Outros advogam que é extremamente difícil esperar melhorias para o futuro devido a circunstâncias desafiadoras que impossibilitam uma possível ascensão, como por exemplo: a idade avançada; a falta de tempo para estudar; o difícil acesso a outras profissões; o cansaço físico e mental; a oferta mínima de vagas nos melhores postos e cargos; dentre outras.

A tabela abaixo explicita as opiniões dos(as) trabalhadores(as) em relação à possibilidade de inserção em outras atividades. Quando indagados acerca desta questão eles responderam:

<b>TABELA 10: EXPECTATIVAS DE TRABALHO EM OUTRAS ATIVIDADES</b>					
<b>q37.1 - Gostaria de trabalhar em outra atividade ?</b>					
		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válidos	sim	46	46,0	46,0	46,0
	não	54	54,0	54,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: Relatório da pesquisa “Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, CE, 2006 a 2008: Escolaridade, Renda, Acesso aos Serviços de Saúde e Moradia e Satisfação no Trabalho”.

Conforme ressalta Vasapollo (Op. Cit.)<sup>83</sup>, fica evidente que o desemprego crescente vem acompanhado de uma precariedade com exploração crescente dos

<sup>83</sup> Ibidem. VASAPOLLO, Luciano. Op. Cit.

assalariados que continuam em atividade. O empresário faz da jornada de trabalho um elemento essencial da exploração dos salários (nem sempre percebida claramente pelo trabalhador da construção civil), redefinindo a vida social dos sujeitos a partir da própria empresa, que adquire centralidade em relação a sua condição social. Os jovens, as mulheres e os empregados com funções especializadas são os mais duramente golpeados.

Contraditoriamente, muitos(as) trabalhadores(as) parecem até estar contentes com sua condição, na medida em que se expressam da seguinte maneira: “gosto muito do que faço”; “não há profissão que me dê maior satisfação”; e que “não penso em mudar de profissão”. Parece haver um sentimento de contentamento e/ou conformismo nas falas desses sujeitos, mas podemos perceber também uma visão realista diante da problemática estrutural do desemprego e da falta de oportunidades para a aquisição de outras profissões, como se traduz nesse comentário:

Essa minha escolha foi por necessidade... tinha que ganhar dinheiro né... e na época tinha vaga pra mim. Mas se eu pudesse escolher com certeza teria entrado num negócio melhor. Foi por falta de oportunidade e pela necessidade de trabalhar (F. A. Servente).

A necessidade de sobrevivência diante de um sistema que trabalha sob a lógica da exclusão empurrou milhares de trabalhadores para situações empregatícias extremamente desfavoráveis a esses sujeitos, dadas as suas condições de exercício, funcionamento e garantias legais, dentre outras. Outro grave problema é o resultando da construção de um traço distintivo do(a) trabalhador(a) precarizado e difuso: a dificuldade em considerar-se como sujeito coletivo e, então, como sujeito capaz de exigir direitos e dignidade. Essa situação acarreta dificuldades não só de compreensão da realidade estrutural perversa em que está inserido, como também dificulta a organização eficaz e eficiente desse grupo social. Hoje, romper essa característica individual na busca de instrumentos de mobilizações coletivas é extremamente desafiador.

### **3.5.1 A religiosidade**

Outro aspecto bastante recorrente na fala desses sujeitos gira em torno da religiosidade, expressa de várias formas. Alguns trabalhadores(as) quando

indagados sobre suas expectativas em relação ao futuro suscitaram questões interessantes em seus comentários no que diz respeito à importância da religião em suas vidas, quer como melhoria nas suas condições atuais, quer como esperanças de realizações vindouras. Vejamos a seguir algumas delas:

Eu espero muito em Deus... sem ele a gente não é nada né. Tudo que eu peço com muita fé ele tem atendido, por mais difícil que seja. Sei que no futuro Ele vai me dar muito mais coisa... vai continuar me dando bênçãos e não só pra mim, mas pra minha família também... eu creio nisso (Sr. Francisco, 53 anos, pedreiro).

Sem Deus não podemos querer algo de bom pro futuro. Temos que se apegar é com ele mesmo. Só assim nos pode conquistar melhores coisas pra vida... e continuar se esforçando também no trabalho (Sr. José do Nascimento, 49 anos, carpinteiro).

É fato que as devoções religiosas são traços marcantes da sociabilidade do povo brasileiro e, porque não dizer mais fortemente, do nordestino. Essas são sempre alimentadas por uma série de elementos que achamos importante destacar aqui (ainda que sucintamente) para a compreensão de mundo e de futuro expressa no pensamento dos entrevistados.

Em sintonia com o pensamento marxiano, entendemos que a realidade objetiva produz a necessidade da religião em todas as suas formas. A religião é uma expressão subjetiva (manifestada objetivamente) de uma consciência invertida que mais “empobrece” do que “enriquece” a leitura crítica da realidade pelo sujeito; é geralmente enquadrada como um elemento da consciência ingênua da qual (ou por si só) não se consegue ter uma leitura crítica/consciente do mundo; pode ser compreendida, também, como a manifestação de uma inquietação e de uma não conformação com a ordem vigente, na medida em que carrega elementos de uma resistência inconsciente. Dessa forma, a história tem atestado que o ideal religioso acaba sendo usado para a manutenção do *status quo*.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> Não pretendo com tais afirmações desprestigiar o fato de que o sentimento de ‘espiritualidade’ têm acompanhado o processo civilizatório da humanidade, sendo manifestada em praticamente todos os povos do mundo. A história da religião é tão antiga quanto à história do próprio homem. É isto o que nos dizem os arqueólogos e os antropólogos. Mesmo entre as civilizações mais “primitivas”, querendo-se com isso dizer as civilizações não desenvolvidas nos termos capitalistas, há evidências de algum tipo de adoração. De fato, *The New Encyclopedia Britannica* (Nova Enciclopédia Britânica) diz que “até onde os peritos conseguiram descobrir, jamais existiu um povo, em qualquer parte, em qualquer tempo, que não fosse de algum modo religioso”. O que saliento, e o que é preocupante, é a existência permanente de práticas alienantes – características de muitas denominações religiosas – que no desenvolvimento das suas relações de poder,

Para Marx, a religião servira de consolo ou alucinógeno para explorados, na medida em que se apegavam a ela como uma forma de compensar suas frustrações e sofrimento real. Rodrigo Machado, na Revista *Discutindo Filosofia* (2008, p 47), argumenta

O que Marx propunha era que a classe operária saísse de seu entorpecimento e tratasse de romper o ciclo da exploração de seu trabalho, que tomasse o que era seu de direito, o controle de seu trabalho e a posse de seus frutos como propriedade legítima, que adquirissem a “felicidade real” e rejeitasse a felicidade ilusória oferecida na religião. Isso somente poderia ser conquistado com a luta de classes e com a revolução. De outra forma, os ricos e os poderosos não iriam renunciar ao seu papel explorador.<sup>85</sup>

A religião seria, portanto uma consequência e não um elemento de solução e/ou refrigério para a opressão/alienação dos sujeitos na sociedade. A desordem social e suas mazelas – resultantes de determinações históricas – têm sido impulsionadas por estratégias perversas da produção e reprodução da vida material ligadas à lógica do capital. Estas têm suas raízes fincadas na maneira como a sociedade tem se organizado para reproduzir a existência através de estratégias elaboradas para privilegiar grupos e classes sob a égide: da exploração e da marginalização social; da não divisão da riqueza; da manutenção de um poder hegemônico; enfim, de manobras de exploração econômico-social, de dominação jurídico-política e dominação cultural e ideológica.

Quando analisamos criticamente o caso do Brasil<sup>86</sup>, percebemos claramente a existência desses elementos de dominação, em que a situação econômico-social, no quadro competitivo do capitalismo mundializado – materializada na pobreza, no crescimento das desigualdades, na degradação da qualidade de vida, na ausência de políticas públicas que garantem os direitos fundamentais, dentre outros fatores –, em sintonia com a hegemonia neoliberal, aviltou e fragmentou as relações sociais, culturais e políticas ao longo dos anos, reproduzindo uma sociedade individualista e

---

aprisionam o sujeito com inúmeras representações fantasiosas da realidade e com a construção de imaginários com pouca ou nenhuma relação com a realidade concreta, revelando ser uma flagrante estratégia de dominação e manutenção da ordem vigente.

<sup>85</sup> REVISTA DISCUTINDO FILOSOFIA, **Karl Marx**: as contribuições filosóficas do pai do comunismo. Escala Educacional, Ed. Especial, São Paulo, 2008.

<sup>86</sup> O ataque ao campo político-social no Brasil deve ser analisado levando-se em conta o tempo histórico e suas influências, a saber: o contexto da globalização, do processo de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, bem como considerando as especificidades da sociedade brasileira.

competitiva, separada da política, que aparece cada vez mais esvaziada. Essa lógica tem produzido uma sociedade alienada, na maioria das vezes incapaz de pensar ou refletir e de intervir criticamente sobre a realidade e, de certa forma, muito tendente a abraçar ideologias religiosas que muitas vezes trazem mais sofrimento e conformismo do que mudanças efetivas de vida, como é o caso de muitos(as) trabalhadores(as) da construção civil.

Desta feita, para o materialismo histórico e dialético, as mazelas produzidas na modernidade não teriam o seu fundamento de superação na religião, nem na ingerência ou condução ordeira da política de um Estado universal. Marx assinala que Bruno Bauer fomenta a discussão, sem, no entanto, tocar em questões cruciais, como por exemplo, as bases contraditórias da formação do Estado burguês, detendo-se apenas a explicitação do seu funcionamento.

O aperfeiçoamento da política e do Estado tem sido defendido por filósofos e autores como Hegel, o qual apregoa o Estado Absoluto como natural e necessário, como um regulador universal que traria soluções concretas para os problemas sociais. Todavia, o direito à propriedade, defendido implacavelmente pelo Estado capitalista, não questiona os fundamentos da propriedade privada, que por sua vez, nunca se tornará universal. Dessa forma, a estrutura social fere a consolidação dos direitos e, conseqüentemente, da cidadania e da democracia.

Assim, a tentativa de resolver os problemas sociais através da fé religiosa e/ou de uma boa administração do Estado constitui-se em uma estratégia ilusória. Marx advoga que o Estado capitalista não conseguirá abolir os males sociais a menos que rompa com sua lógica de funcionamento interna. Dessa forma, a responsabilidade de superação do sistema de produção (a transformação radical da sociedade) que condena a submissão milhares de sujeitos, deve ser assumida pelos explorados. A busca da autonomia e da felicidade não pode ser conquistada nem por uma “receita” divina e nem estatal, pois o Estado, segundo Marx, numa sociedade capitalista, era capaz somente de promover reformas pontuais sem nunca atingir o âmago de tais contradições, uma vez que estava a serviço das elites econômicas e sob a tutela jurídica conservadora.

### 3.5.2 Os sonhos

Falar de sonho dos (as) trabalhadores(as) é deveras instigante. Muitos deles precisam alimentá-los para continuar tendo esperança e motivação na sua luta pela existência, tarefa desafiadora e diária. Converter esses sonhos (muitos deles noturnos) em sonhos diurnos, conforme veremos abaixo, é fundamental para a consolidação de estratégias de enfrentamento das condições adversas vivenciadas por esses trabalhadores.

Para analisar sucintamente a categoria sonho, conforme indagação feita aos trabalhadores ao falarem de suas perspectivas em relação ao futuro, achamos pertinente analisar, ainda que sucintamente, alguns fragmentos do pensamento de dois autores que se cruzam nesse assunto, a saber, Ernest Bloch e Paulo Freire.

Arno Munster (1993), na sua obra “Ernest Bloch: Filosofia da práxis e utopia concreta”, traz elementos importantes para o debate (a partir da compreensão da obra de Bloch) de como os sonhos podem tornar-se motores de ações concretas. Interessado pelas potencialidades naturais do homem, Munster salienta que o filósofo Bloch se apóia na compreensão de uma nova racionalidade: o nexos das potencialidades ainda não satisfeitas, que fundamentam a consciência antecipadora. Para Munster (Ibidem, p.18), Bloch “vai continuar a contemplar a análise marxiana das contradições econômicas através da reatualização do debate sobre as utopias e da ampliação do quadro teórico do materialismo histórico e dialético através da dimensão psicológica”.<sup>87</sup>

Ainda segundo Munster, Bloch resgata o conceito original de utopia, reservando um lugar e uma função superior ao que lhes fora atribuído por Marx, evidenciando, assim, sem caráter positivo. Entende a utopia como atividade humana orientada para um futuro, um *topos* da consciência antecipadora e a força ativa dos sonhos diurnos<sup>88</sup>. Ele usa a expressão utopia concreta como sendo algo que pode ser materializado na realidade concreta, ações possíveis, vontades e ideias. A

---

<sup>87</sup> MUNSTER, Arno. **Ernst Bloch**: filosofia da práxis e utopia concreta. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 18.

<sup>88</sup> Bloch trabalha com o conceito de sonho diurno e noturno. Diferente do sonho noturno (interpretados pelas diversas escolas da psicanálise) o sonho diurno se diferencia por está sempre orientado para o futuro, na medida em que o sonho noturno guarda uma relação de proximidade com o passado, tendo a função de liberar as imagens comprimidas no subconsciente. As possibilidades humanas, dimensões do humano ainda não bem realizadas, apresentam-se e antecipam-se, segundo sua análise, nos sonhos acordados, diurnos.

esperança, por sua vez, pode ser um motor para promover mudanças, analisando as possibilidades dadas dentro da objetividade do mundo.

Neste universo conceitual, os sonhos acordados, diurnos, não se identificam com o impossível. Os sonhos diurnos coletivos, por mais que sejam enquadrados pelo conceito de utopia vulgar que o liga ao impossível, indicam por sua vez, o possível embutido no real, aquele novo histórico que “está por ser realizado”, à beira de tornar-se realidade.

Suzana Albornoz (1985, p. 4) destaca

Para Ernst Bloch, cuja idade adulta e ativa cobre o período de 1907 a 1977, a utopia concreta foi o socialismo, a luta de emancipação socialista pela afirmação de novos direitos das classes trabalhadoras e a conquista de novas condições humanas de igualdade, dignidade, felicidade. A felicidade de caráter individualista é considerada ideológica, enganosa e precária. A busca da felicidade coletiva, de caráter altruísta, é também utópica, mas em outro sentido, é também verdadeira e real: verdadeira e digna, moralmente, porque altruísta, e também verdadeira porque, sendo expressão coletiva, indica de modo concreto, politicamente, a possibilidade real.<sup>89</sup>

Na mesma direção, Paulo Freire trata da categoria do “inédito viável” nos livros “Pedagogia do Oprimido” e “Pedagogia da Esperança”, com espaço de 20 anos entre as duas publicações, uma na década de 1960, no exílio, e a outra já de retorno ao Brasil, na década de 1980.

Essa categoria traduz toda uma crença no sonho possível e na utopia que poderá se concretizar desde que os que fazem a sua história construam estratégias para isso, esperanças que atravessam toda a obra de Freire. Os trabalhadores da construção civil encontram, em suas vidas pessoal, social e profissional, obstáculos, barreiras que precisam ser vencidas. A esses desafios Freire chama de “situações-limites”.

Os(as) trabalhadores(as) têm posturas diferenciadas diante dessas “situações-limites”: encarando-as como um obstáculo que não podem transpor; como algo que não querem transpor; ou ainda como algo que sabem que existe e que precisa ser rompido e então se empenham na sua superação.

---

<sup>89</sup> ALBORNOZ, Suzana. **Ernst Bloch e a felicidade prometida**. Porto Alegre: Movimento, 1985. p.4.

Ainda segundo Freire esses sujeitos, como seres conscientes, tem percepção aprofundada ou não de suas determinações, condicionamentos e das possibilidades de sua liberdade. Aqueles (as) que a entenderam são impulsionados a agir, desafiados que estão por essas condições e se encaminham para resolver da melhor maneira possível, num clima de esperança e de confiança, os obstáculos que vivenciam.

Comentando as estratégias de superação, Ana Maria Freire diz:

As ações necessárias para romper as "situações-limites" Freire as chama de "atos-limites". Esses se dirigem, então, à superação e à negação do dado, da aceitação dócil e passiva do que está aí, implicando dessa forma uma postura decidida frente ao mundo. As "situações-limites" implicam, pois, a existência daqueles e daquelas a quem direta ou indiretamente servem aos dominantes; e daqueles e daquelas a quem se "negam" e se "freiam" as coisas, os oprimidos. Os primeiros vêem os temas-problemas encobertos pelas "situações-limites", daí os considerar como determinantes históricos e que nada há a fazer, só se adaptar a elas. Os segundos quando percebem claramente que os temas desafiadores da sociedade não estão encobertos pelas "situações-limites" quando passam a ser um "percebido-destacado", se sentem mobilizados a agir e a descobrirem o "inédito-viável" (1992, nota 1)<sup>90</sup>.

Esses segundos, para Ana Maria Freire (op.cit. p. 80), "são os que se sentem no dever de romper essa barreira das "situações-limites" para resolver, pela ação com reflexão, esses obstáculos à liberdade dos oprimidos, transpondo a "fronteira entre o ser e o ser-mais", tão sonhada por Freire."<sup>91</sup>

O "inédito-viável" é, portanto, algo que o sonho utópico sabe que existe, mas que só será conseguido pela práxis libertadora que pode passar pela teoria da ação dialógica de Freire ou, evidentemente, por outra que pretenda os mesmos fins. O "inédito-viável" é, na realidade, uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada. E quando se torna um "percebido destacado" pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que a superação do problema não é mais um sonho, mas que pode se tornar realidade.

Dessa forma, os(as) trabalhadores(as) da construção civil estão envoltos de sonhos e expectativas positivas em relação ao futuro. Isso pode ser entendido como algo de fundamental importância para a manutenção da sua existência. Por mais

<sup>90</sup> A escritora e viúva de Paulo Freire, Ana Maria Araújo Freire, na Nota 1 do livro *Pedagogia da Esperança*, traz uma análise sobre o "inédito-viável". Para mais detalhes ler FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

<sup>91</sup> *Ibidem*.

que não tenham clareza de todos os elementos que envolvem essa conceituação, conforme delineado brevemente aqui, eles seguem seu curso podendo dar sentido diferente a sua trajetória de vida através dos sonhos.

Esse é um sentimento que se mistura ou é vivenciado na prática religiosa dos operários, da qual nem sempre é possível a separação. No entanto, o princípio da esperança de um futuro melhor continua vivo nas mentes e corações dos(as) trabalhadores(as) da construção civil em Fortaleza, apesar das adversidades.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Deixe-me dizer, mesmo com o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor. É impossível pensar num revolucionário autêntico sem esta qualidade. (...) É preciso ter uma grande dose de humanismo, de sentido de justiça e de verdade para não cair em extremismos dogmáticos, em escolasticismos frios, em isolamento das massas. É preciso lutar todos os dias para que esse amor à humanidade viva se transforme em atos concretos que sirvam de exemplo e mobilizem.*

*(Ernesto Che Guevara)*

Na longa trajetória da existência humana, em sua eterna luta pela sobrevivência, pela busca da dignidade, da humanização e da felicidade social, o trabalho tem sido existencial. Foi por meio do trabalho que o gênero humano diferenciou-se dos animais, possibilitando a construção das sociedades complexas. No entanto, quando a vida do homem se resume exclusivamente ao trabalho, ela se transforma numa força contrária que aprisiona e deforma o ser, trazendo conseqüências irreparáveis.

Conforme já enunciado, se por um lado necessitamos do trabalho humano e do seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, que aliena e infelicitiza o ser social. Perceber essas duas dimensões do trabalho é questão crucial em nossa existência, em especial nesse começo de século conturbado.

Para este estudo sobre a realidade do trabalho no setor da construção civil da capital cearense, não há fórum para generalizações, todavia, os elementos analisados nos permitem afirmar que a precarização do trabalho no setor da construção civil, na cidade de Fortaleza, em especial nos anos de 2006 a 2008, é fato marcante e inquestionável, que, dentre outros fatores, se reproduz impulsionada por estratégias de dominação deste modelo econômico na constante busca de renovar/recuperar suas bases de lucro. Obviamente essa precarização não é situação nova, pois conforme já narrado, o setor da construção civil sempre se caracterizou por não proporcionar aos seus(suas) trabalhadores(as) condições adequadas para o desenvolvimento das atividades. No entanto, essa precarização parece agudizar-se impulsionada historicamente por movimentos de modernização

conservadora, desenvolvimento tardio e, mais recentemente, pelas atuais transformações no mundo do trabalho.

Os operários desse setor têm vivenciado nesses últimos anos inúmeras experiências no seu espaço de trabalho cujas características prevaletentes são: um dia-a-dia opressivo e desalentador nos canteiros de obras, com hierarquias 'soldadas' arbitrariamente e, de forma geral, com precárias condições de funcionamento. Se por um lado essas peculiaridades oprimem e desanimam o sujeito, por outro elas possibilitam o desenvolvimento de uma prática potencialmente revolucionária (práxis) de enfrentamento patronal na busca e defesa de seus direitos, envolvendo a luta e a busca por melhores salários, por melhores condições de trabalho, por uma adequada jornada de trabalho, etc.

A partir de um mergulho no campo da construção das subjetividades dos sujeitos envolvidos, a pesquisa nos autoriza a afirmar que, como reflete Paul Willis "Só porque existe aquilo que podemos chamar de determinações estruturais e econômicas, não significa que as pessoas se curvarão a eles sem maiores problemas (Op.cit. p.210)".<sup>92</sup> Dessa forma, o aspecto cultural e subjetivo tem muito a dizer sobre o comportamento, atitudes e ações dos(as) trabalhadores(as) imersos nessas condições, e que os determinantes macros precisam, para se reproduzir, de alguma forma passar por essas mediações.

Nesse sentido, abraçar essa ocupação/profissão para muitos não é uma experiência de absoluta incoerência, que faça com que os indivíduos deixem de ter uma visão crítica do mundo, nem tão pouco representa uma situação de inocência, marcada somente pela influência de ideologias a priori. Interessante perceber o fato de que muitos operários, apropriando-se de mecanismos de análises não sofisticados (pelo menos à luz do que a academia preconiza), fazem uma leitura da sua realidade com bastante lucidez, analisando sua situação na vida com um nível de complexidade revelador, que pode significar a retomada de uma caminhada que representa, muitas vezes, avanços concretos do ponto de vista político e porque não dizer do social, na medida em que eles pensam e/ou criam estratégias de superação.

---

<sup>92</sup> WILLIS, Paul. Op. Ct. p. 210.

É válido destacar, ainda, que a análise a que procedemos reúne elementos que nos impossibilitam compreender as experiências em curso apenas como processos de destituições de direitos. Ou somente como situações de debilidades e precariedades aos que ingressam nesse ramo de atividades, embora pareça ser isso, o que mais se evidencia. Na realidade os(as) trabalhadores(as) da construção civil em Fortaleza, também colaboram para uma efetiva resistência, seja através de posturas tidas como mais “radicais”, nas passeatas onde reivindicam melhores salários e condições de trabalho (quando isso lhes é exigido), seja nas reuniões informais onde socializam experiências e parecem educar os(as) novos(as) trabalhadores(as) para os desafios inerentes a profissão.

Apesar das situações de precariedades apresentadas, não podemos deixar de reconhecer que muitos avanços já foram conquistados, em especial no âmbito legal. A Organização Internacional do Trabalho - OIT<sup>93</sup> desde a década de 1950 vem estabelecido parâmetros, normas e regulamentos que embasam a atuação dos órgãos de fiscalização e controle do trabalho em todos os aspectos. Esses princípios em tese fundamentam a atuação do Ministério do Trabalho - MT, das Superintendências Regionais do Trabalho - SRT, dos Fóruns e Comitês que lidam com as questões trabalhistas, dentre outros.

Os(as) trabalhadores(as) avaliam esse processo, ainda que com ambigüidades, com os elementos que conseguem reunir a partir do seu dia-a-dia e de suas memórias. Eles relembram que o trabalho nos canteiros já foi muito mais difícil e que hoje parece haver mais atenção das autoridades com relação a, pelo menos, dois aspectos: fiscalização das condições de trabalho e remuneração nesse setor.

De fato há, hoje, uma tentativa maior em fiscalizar o andamento do trabalho nas obras; de punir os empresários que persistem em pagar, aos operários, valores abaixo do regulamentado em lei; de exigir um técnico de segurança do trabalho em cada obra; dentre outros fatores. Há muito a ser feito, e essa é uma luta que não cessa.

---

<sup>93</sup> Fundada em 1919 com o objetivo de promover a justiça social, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a única das Agências do Sistema das Nações Unidas que tem estrutura tripartite, na qual os representantes dos empregadores e dos trabalhadores têm os mesmos direitos que os do governo. No Brasil, a OIT tem mantido representação desde 1950, com programas e atividades que têm refletido os objetivos da Organização ao longo de sua história. Extraído do site: [www.oitbrasil.org](http://www.oitbrasil.org)

Não podemos negar também, que a histórica dificuldade de acesso a meios educativos, desde a escolarização básica indo até a falta de oportunidade de capacitações e qualificações para o mercado de trabalho, tem sido apontada como algo que não se efetivou satisfatoriamente para um grande número de trabalhadores(as) por razões aqui já expressas. Isso foi determinante para que milhares de sujeitos não tivessem acesso a postos de trabalho mais rentáveis em todos os aspectos. Essas e outras distorções foram identificadas no decurso da pesquisa, corroborando com o quadro deficitário da realidade de precarização a que estão submetidos milhares de sujeitos no mundo do trabalho.

Diante do que revela a pesquisa, no aspecto político, a organização concreta das lutas contra a precarização, deve perpassar várias instâncias que devem ser repensadas nos seguintes aspectos: análise das motivações coletivas; identificação das melhores estratégias de mobilização; revisão dos apoios institucionais e políticos; discussão do território e organização desses(as) trabalhadores(as), etc. As experiências elaboradas e postas em funcionamento pelos sujeitos do processo, diretores sindicais e trabalhadores(as) da base, foram capacitando-os a criarem estratégias que aperfeiçoavam dia-a-dia a democratização em todos os sentidos.

Dessa forma, é imprescindível continuar a mobilização e a organização para pressionar, reivindicar e educar o Estado para instituir os direitos dos(as) trabalhadores(as), não só da construção civil, mas em âmbito geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (prismas), 1998.

ALBORNOZ, Suzana. **Ernst Bloch e a felicidade prometida**. Porto Alegre: Movimento, 1985.

ANDREA, Tiddi. **Precari Percosi di vita tra lavoro e non lavoro**. Roma: Derive Approdi, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARRAIS NETO, Enéas et al. **Mundo do Trabalho: debates contemporâneos**. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

\_\_\_\_\_. Educação e Modernização Conservadora. In: ARRAIS NETO, Enéas et al. (Org.) **Regulacionismo, modernização conservadora e educação no capitalismo mundializado**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

ARRUDA, Isleíde Gomes. **A mão que faz a obra: um setor em mudança e um novo cotidiano em discussão**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFC, Fortaleza, 1993.

ASTRADA, C. **Trabalho e alienação**. Trad. Cid Silveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

BERTAUX, Daniel. **Lês récits de vie: perspective ethnosociologique**. Paris: Nathan Université, 1997.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. A natureza dúplice do trabalho em Marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. In MENEZES, A.M.D.; LIMA, C.G. e LIMA, K.R.R.L. **Trabalho, Educação e a Crítica marxista**. Fortaleza: Ed. UFC, 2009.

CHESNAIS, François. **Mundialização do Capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

DEL PINO, Mauro A. B. **Neoliberalismo, crise e educação**. Universidade e Sociedade. Brasília, v. VI, nº 10, 75-81, jan 1996.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci: o outro**. São Paulo: Editora Xamã. 1996.

D'INCAO, Maria da Conceição & ROY, Gerard. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

FACEIRA, Lobélia da Silva. Estado, Política Educacional e Cidadania: política educacional no contexto neoliberal. In: **Revista Universidade e Sociedade**, nº 22, pág. 77-83. ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes de Nível Superior, Brasília, 2000.

FARAH, Marta. F. S. **Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança**. São Paulo: Editora ANNABLUME, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho de luto**. Folha de São Paulo, São Paulo. Disponível em [WWW.folhaonline.com.br](http://WWW.folhaonline.com.br). Acesso em 01 de fevereiro de 2009.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes e outros. **A educação do campo: a educação de jovens e adultos e as políticas compensatórias**. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq. Mimeo, Fortaleza, 2003.

FURTADO, Maria Piedade Alves. **O operário da construção em construção**. Dissertação de Mestrado Educação, UFMG, Belo Horizonte, 1984.

FURTADO, M. J. de A. **A construção da miséria: um estudo sobre trabalhadores da construção habitual**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFC. Fortaleza, 1985.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. Trad. Ana Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HEINECK, Luis F. M. **Estratégias de produção na Construção de Edifícios**. Congresso Técnico Científico. Florianópolis, 1997.

KOBER, Cláudia Mattos. **Qualificação profissional: uma tarefa de Sísifo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

LESBAUPIN, Ivo. A democracia e a construção de alternativas. In: **Olhares e reflexões: texto-síntese da Agenda Pós-Neoliberal**, 2005, disponível em [www.ibase.br](http://www.ibase.br), acesso em 02 de julho de 2009.

LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Por uma ontologia dell'Essere sociale**. V. I e II. Roma: Riuniti, 1981.

MARX e ENGELS. **Manifesto comunista, 1848**.

MARX, Karl. Das Kapital. In MARX; ENGELS e WERKE (MEGA). Berlin: Dietz Verlag, 1962. V.23, livro 1, cap.1.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica a economia política**. v. 1, Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.

\_\_\_\_\_. "Glosas Críticas Marginais ao Artigo 'o Rei da Prússia e a Reforma Social', de um Prussiano". Trad. Ivo Tonet. In: **Práxis**, nº 5. Belo Horizonte: Projeto, SETEMBRO – dezembro de 1995.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico –filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo. Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2005.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MUNSTER, Arno. **Ernst Bloch**: filosofia da práxis e utopia concreta. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

NÓBREGA, Yuri Holanda. **Operários em construção**: as experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil em Fortaleza entre as décadas de 1970 a 1990. Dissertação de Mestrado em História, UFC. Fortaleza, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gestão Social uma questão em debate. In: RICO, Elizabeth de Melo, RAICHELIS, Raquel (Orgs). **Um estado para a sociedade civil**. São Paulo: Editora da PUC, 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

O POVO, Jornal. **Entrevista de Geraldo Magela**. Sábado, 08/03/2008.

OHNO, Taiichi. **O sistema toyota de produção**: além da produção em larga escala. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **A econômica brasileira**: crítica à razão dualista. São Paulo: Editora Boitempo, 1992.

\_\_\_\_\_. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia**: políticas de dissenso e hegemonia global. São Paulo: Vozes, 1995.

PEREIRA, Sônia. Espaços de participação e escolarização de trabalhadores rurais: construção ou destituição do direito à educação no campo? **Revista Brasileira de Educação**. vol.12 n.35 Rio de Janeiro May/Aug. 2007.

PORTELLI, Alexandre. Sonhos crônicos. Memória e possíveis mundos dos trabalhadores. **Revista Projeto História**, n. 10, São Paulo: 1993.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

RABELO, Jackeline et al (Org). **Trabalho, educação e a crítica marxista**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

RECH, Hildemar Luiz & TROMPIERE, Nicolino. **Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, CE, 2006 a 2008**: Escolaridade, Renda, Acesso aos

Serviços de Saúde e Moradia e Satisfação no Trabalho. Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq. Mimeo, Fortaleza, 2007.

**KARL Marx**: as contribuições filosóficas do pai do comunismo. **Revista Discutindo Filosofia**, São Paulo, 2008. (Escala Educacional, Ed. Especial).

SILVA, Leonardo Melo. Dois clássicos em um. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 20, n.57. São Paulo: FEB, 2005.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUSA Jr. Justino de. **A reestruturação produtiva e a crise da escola**. Tese de doutorado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, 2001.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2v, 1987.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WILLES, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador**: escola, resitência e reprodução social. Trad. Tomaz Tadeu e Deise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

## APÊNDICE

## APÊNDICE 1: ROTEIRO DE QUESTÕES / ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES

### ■ IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

Nome

Idade

Origem/cidade;

Bairro;

Situação de moradia e

Filhos.

### ■ HISTÓRIA DE ESCOLARIZAÇÃO;

Cursou até que série;

Por que não completou a escolarização;

Saber se ainda estuda ou tem vontade de retornar;

Como percebe a escolarização (importância);

Em que medida a educação repercute no seu trabalho ou em sua vida;

### ■ COMO CHEGOU À CONSTRUÇÃO CIVIL;

Função;

Empresa;

Tempo de trabalho;

Qual o tipo de contrato;

Por que escolheu esse setor;

Se fez curso para aprender/aprimorar;

Como avalia as condições de trabalho na obra;

Como se desloca para o trabalho;  
Quanto tempo ficou sem emprego;  
Se já trabalhou em outra atividade;

■ **CONSCIÊNCIA POLÍTICA;**

Filiação sindical;  
Importância do sindicato;  
Para que serve o sindicato;  
Se tem ou teve filiação político-partidária;  
Quando se sente prejudicado a quem recorre;

■ **CONDIÇÕES DE TRABALHO;**

Se dorme ou já dormiu na obra;  
Se ele conhece os itens de segurança;  
Quais são utilizados por eles;  
Como são as instalações sanitárias;  
Como e onde se realizam as refeições;  
Se conhece trabalhadores que adoeceram em virtude do trabalho;

■ **EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO FUTURO;**

Quais são seus sonhos;  
Se pensa ou já pensou em mudar de atividade;  
Que outra profissão gostaria de exercer;  
O que espera para os filhos/família;  
Como se ver daqui a dez anos;

**ANEXOS**

**ANEXO 1: FOTOS DO TRABALHO DE CAMPO**

